



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DALUA OLIVEIRA DE LIRA

ENTRE O SER E O NÃO SER:
LIMITES E POSSIBILIDADES NA EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA DE HOMENS
TRANS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB

CAJAZEIRAS

2021

DALUA OLIVEIRA DE LIRA

ENTRE O SER E O NÃO SER:

LIMITES E POSSIBILIDADES NA EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA DE HOMENS
TRANS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB

Monografia apresentada a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana

CAJAZEIRAS

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

L768e Lira, Dalua Oliveira de.
Entre o ser e o não ser: limites e possibilidades na experiência
identitária de homens trans na cidade de Cajazeiras-PB / Dalua Oliveira de
Lira. - Cajazeiras, 2021.
811f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2021.

1. Gênero. 2. Masculinidade. 3. Identidade. 4. Cajazeiras-PB. 5. Alto
Sertão Paraibano. 6. Homens trans. I. Santana, Rosemere Olímpio de. II.
Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de
Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 305

DALUA OLIVEIRA DE LIRA

ENTRE O SER E O NÃO SER:
LIMITES E POSSIBILIDADES NA EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA DE HOMENS
TRANS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB

Aprovado em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dra. Rosemere Olímpio de Santana - UFCG
(Orientadora)

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto - UFCG
(Examinador)

Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato - UFCG
(Examinadora)

Profa. Dra. Rosilene Alves de Melo - UFCG
(Examinadora - Suplente)

Faces, faces enganadas, silenciadas, cuspidas, miradas, faces que sabe muito bem quem é que está nos matando, faces que se escondem dentro de si mesmo pra poder tá respirando, faces que tão sendo todos os dias assassinada pelo estado.

- Bianca Manicongo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a mainha, dona Aldemir, aquela que me colocou no mundo duas vezes com o mesmo amor. Sem sua compreensão e amor eu não teria chegado tão longe, provavelmente teria sido mais um nas estatísticas de suicídio, no país que mais mata pessoas trans. A senhora meu eterno amor e gratidão.

Agradeço a comunidade LGBTQIA+ cajazeirense em especial a todas as mulheres trans/ travestis, principalmente negras, que deram suas caras, corpos e vidas para que pudéssemos viver com o mínimo de dignidade nessa sociedade que tenta nos apagar todos os dias.

Agradeço a minha turma, 2016.1, por me proporcionar o encontro com pessoas e vivências incríveis, em especial a irmã Maria, que me ensinou que Deus é muito além de uma instituição religiosa, que ele anda entre nós. A Didier, por sempre me incentivar e também ser parte do homem que sou hoje. A Aline, Lourival, Darlysson, Zé Neto, Lilian, Janicleide, Chico e todos aqueles que chegaram e foram embora e que de alguma forma contribuíram para ser quem sou hoje.

Agradeço especialmente a Geandro Lira, aquele quem primeiro me viu quem sempre esteve do meu lado e quem me guia na busca pela evolução espiritual, me livrando das demandas e me ensinando a se livrar delas.

Agradeço aos meus professores universitários, que diante do “novo” me acolheram e respeitaram em especial a minha querida orientadora e amiga a profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana a quem aceitou de bom grado embarcar nesse mundo ainda pouco explorado da transmasculinidade e sempre trouxe discernimentos importantes para a construção deste trabalho.

Por fim e não menos importante agradeço aos meninos que se disponibilizaram a compartilhar com a gente suas vivências, dores, angústias e lutas. Suas narrativas me fizeram ter a certeza que eu nunca estive sozinho na minha própria caminhada. E todos aqueles que vieram antes, que lutaram por respeito e continuam lutando no alto sertão, que enfrentam a sociedade cajazeirense de peito aberto sem medo de serem ridicularizadas, mortas, apagadas.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é a partir do relato de experiências de homens *trans* que residem no espaço denominado de alto sertão paraibano, tendo como campo de socialização a cidade de Cajazeiras – PB problematizar de que forma essas falas sobre o masculino, pensadas a partir de uma relação binária de gênero, de algum modo conduz esses sujeitos a posturas e comportamentos que os legitimem como homens. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamo-nos da história oral como fonte metodológica, dialogando-a com o debate intelectual que tece as discussões em torno das construções indenitárias e de masculinidade. Nos utilizamos das leituras da socióloga brasileira Berenice Bento, principalmente suas obras “ O que é a transexualidade”, Judith Butler e Raewyn Connell para pensamos os mecanismos discursivos e categorizadores sobre o sexo, gênero e identidade e conseqüentemente, sobre todos os sujeitos que fogem às regras e normas. Tal recorte também nos possibilita pensar as relações de poder e disputas que entrelaçam a construção das masculinidades sejam elas cis ou trans, no espaço do alto sertão cajazeirense. As leituras do trabalho de Durval Muniz de Albuquerque Júnior a respeito da construção do “Cabra Macho” que remetem as construções culturais e sociais do que seria o ideal de homem, habitante do espaço geograficamente e historicamente concebido por nordeste também foram importantes. Propondo deste modo reflexões acerca desses sujeitos que resinificam suas identidades, compreendendo a subjetividade, sensibilidade e força desses corpos frente o discurso “hegemônico” cis-normativo.

Palavras chave: gênero; masculinidades; identidade; Cajazeiras.

ABSTRACT

The objective of this work is from the report of experiences of trans men who live in the space called o alto sertão da paraibano, having as a socialization field the city of Cajazeiras - PB to problematize how these speeches about the masculine, thought from a binary gender relation, somehow leads these subjects to postures and behaviors that legitimize them as men. For the development of the research, we used oral history as a methodological source, dialoguing it with the intellectual debate that builds the discussions around the indemnity and masculinity constructions. We use the readings of the Brazilian sociologist Berenice Bento, mainly her works "O que é a transexualidade" (What is transsexuality). Judith Butler and Raewyn Connell for we think on the discursive and categorizing mechanisms about sex, gender and identity and, consequently, about all the subjects that escape the rules and norms. This cut also allows us to think about the power relations and disputes that intertwine the construction of masculinities, whether cis or trans, in the space of o alto sertão cajazeirense. The readings of Durval Muniz de Albuquerque Júnior's work regarding the construction of the "Cabra Macho" (virile man) that refer to the cultural and social constructions of what would be the ideal of man, inhabitant of the space geographically and historically conceived by the northeast were also important. In this way, proposing reflections about these subjects that resignify their identities, understanding the subjectivity, sensitivity and strength of these bodies in face of the cis-normative "hegemonic" discourse.

Keywords: masculinities; identity; Cajazeiras; gender.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A “ETERNA” FÁBRICA DE FALOS “COLOSSAIS”	19
2.1 OS HOMENS E OS ESTUDOS DE GÊNERO: CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO DAS MASCULINIDADES	19
2.2 O JOGO DA COERÊNCIA: A TENTATIVA DO ENQUADRAMENTO	24
2.3 O LABIRINTO CISNORMATIVO: ENTENDENDO A CONSTRUÇÃO DO “CABRA MACHO” NORDESTINO	29
3 “CORPO ESTRANHO”: HOMENS TRANS E TRANSMASCULINIDADES NO SERTÃO CAJAZEIRENSE	38
3.1 NASCER E MORRER DENTRO DA CAIXA: CONSTRUÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE UMA IDENTIDADE	38
3.2 ANDANDO NA CORDA BAMBA: SER HOMEM TRANS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB	46
3.3 PRIVACIDADE INVADIDA: QUANDO A CISNORMATIVIDADE INVADE CORPOS E IDENTIDADES	57
4 “CAIXAS RASGADAS”: CONFRONTANDO A CISGENERIDADE	61
4.1 “SER UM HOMEM FEMININO NÃO FERRE O MEU LADO MASCULINO”	61
4.2 TRANS (BORDANDO) MASCULINIDADES NO SERTÃO CAJAZEIRENSE	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

1 INTRODUÇÃO

A caminhada para a produção deste trabalho iniciou em 2016, mesmo que inconscientemente, juntamente com outra caminhada, a minha própria construção identitária. Assim como nos diz Letícia Lanz (2014) embora eu não me proponha fazer uma etnografia pessoal, meu ponto de partida e de chegada neste trabalho é a própria vida que eu tenho vivido como pessoa transgênera (LANZ, 2014, p. 11) não buscamos fazer um trabalho etnográfico, mas entrelaçar vivências e construções identitárias individuais e coletivas visando ampliar um maior debate sobre as transmasculinidades no sertão cajazeirense.

Portanto pensar questões de transmasculinidade, transgênero, homens trans cinco anos atrás era tão difícil quanto ainda se mostra hoje, principalmente se falarmos de alto sertão, cidade pequena, Nordeste, Paraíba. Pensando nas dificuldades enfrentadas por mim e conseqüentemente por outros jovens trans cajazeirense buscamos selecionar nossa temática a partir de algo muito íntimo, que atinge diretamente quem sou. Pensar a construção dessa masculinidade que é imposta muitas vezes como modelo oficial aos homens *trans* no seu processo de transição indenitária surge a partir de comentários e discursos impostos, às vezes sutilmente, às vezes não, a mim e a outros transhomens que conheço. Um discurso muitas vezes agressivo, que cobra comportamentos específicos, limitando a experiência de ser de cada indivíduo e sua própria subjetivação. Uma inquietação passou a surgir ao longo do meu processo de transitar para o gênero ao qual melhor me adéquo, ao apresentar-me enquanto homem *trans* logo o meu jeito de andar, vestir, sentar passaram a serem motivos constantes de questionamentos acerca da minha masculinidade, conseqüentemente frases do tipo “mas tu não é homem?”, passaram a fazer sombras na espreita, esperando o momento da punição.

A princípio pareceu ser algo bobo, breves reflexões em rodas de amigos, que mais tarde passariam a serem motivos constantes de reflexões internas minhas. E foi exatamente nessas elucubrações que surgem no âmago das madrugadas solitárias, que a temática passou a fazer barulho, pedindo atenção. A partir daí comecei a perceber um discurso naturalizado do comportamento feminino/masculino voltado para uma órbita heterocentro, como diz o filósofo espanhol Paul B. Preciado, no seu livro: manifesto contrassexual (2014), como se o universo heterocentro fosse o único

possível. Tornando deste modo as identidades que não se enquadram nessas normas de gênero não pertencentes a lugar algum nessa sociedade que ainda prioriza por meio do sexo biológico, o que se entende por homem/mulher, sexo/sexualidade. Relegando a um caminho repetitivo de sair da margem, mas nunca alcançar o centro, mesmo quando o corpo trans alcança certo grau de “passabilidade”.

Existe em nossa sociedade papéis de gêneros extremamente delimitados, criados e reelaborados para manter uma “ordem natural” das coisas. Criaram-se identidades fechadas em suas caixas reguladoras, dificultando a visibilidade de outras que fogem a regra, passando a serem consideradas estranhas, anormais, desviantes, relegadas a marginalidade. Dentre tais identidades marginalizadas refletiremos em nossa pesquisa a categoria de homens trans e a sociabilidade dos mesmos no espaço do alto sertão paraibano, tendo como campo de socialização a cidade de Cajazeiras-PB, no alto sertão paraibano, ponderando o impacto dos discursos predominantes do que é ser homem neste espaço e nas vivências desses sujeitos.

Quando falamos em transexualidade, pessoas trans, travestis, transgêneros, uma grande maioria leiga da sociedade acredita que tais expressões identitárias são algo “novo”, coisa das eras “moderna”, pós-moderna e tantos outros pós. No entanto estudos sobre a temática apontam que esses sujeitos possuem uma história mais antiga do que é comum se pensar, em seu livro “o que é Transexualidade” (2017) a socióloga brasileira Berenice Bento logo de início nos chama atenção para as práticas de uma mobilidade entre os gêneros, já no século XV, na corte do rei Luiz XV, por exemplo. A autora nos apresenta um alto funcionário/a do rei, Chevalier D'Econ/Madame Beaumont, que durante 49 anos acreditou-se ser uma mulher que algumas vezes se vestia de homem, tornando-se uma das mais famosas personalidades transgêneras de seu tempo. Tal aceitação tanto do rei quando da própria sociedade francesa da época nos leva a refletir que a relação entre corpo e gênero que orientava a diferenciação do lugar do feminino e do masculino não se condicionava a genitália, tal ligação foi sendo condensada e tomou força num momento histórico pertinente, o século XX. Estudos apontam a existência dos trânsitos entre os gêneros em outras culturas e momentos históricos. Wikan (1998) pesquisou homens que passaram a viver como mulheres na sociedade Omán; Poasa (1998) dedicou-se a investigar a comunidade fa'afafines entre os samoanos; Bullough (1998) realizou vários estudos de caso histórico de pessoas que mudaram de gênero (BENTO, 2017, p. 16 e 17).

Se nos aventurarmos na história do próprio Ocidente poderemos nos deparar com essas mobilidades de gênero apontados por Bento (2017), temos, por exemplo, na França de 1949, Simone de Beauvoir com seu celebre livro “O Segundo Sexo”, e o “ não se nasce mulher, torna-se”, onde a mesma discute que o corpo que nasce marcado de “fêmea” será condicionado a se adaptar numa sociedade estrutural dominada pelo corpo com a “ marca do macho”, percebemos a valorização da genitália como definidora dos gêneros. Na Dinamarca, em 1930, o caso de Lili Elbe, lembrada como o primeiro caso de cirurgia de readequação/ redesignação sexual na Europa, caso este que inspirou o Filme “A garota Dinamarquesa” lançado no Brasil em 25 de fevereiro de 2016. Na Alemanha de 1860, Karl Heinrich Ulrichs que estudava a existência de um terceiro sexo ou um terceiro gênero e fora considerado um pioneiro do moderno movimento gay. E para concluirmos, temos na África dos séculos XVIII e XVII em sua mitologia o Orixá Oxumaré, qual vive seis meses como homem e seis meses como mulher, mitologia esta que até a atualidade é preservada nos terreiros de Candomblé e Umbanda.

Silenciadas, apagadas, violadas ao longo do curso histórico, essas identidades, no século XX passaram a serem interpretadas e categorizadas por um saber médico. Tal mudança reflete o caráter patologizante relegada à condição transgênera. Partindo dessas vozes que burburinham ao redor das normas de gênero, descortinando o ódio e a aversão construída e alimentada sobre os sujeitos de nossa pesquisa. Refletindo de que forma os discursos naturalizados em torno do masculino, pensados a partir de uma relação binária e enroscados numa lógica “cisnormativa”, impõem padrões de gênero aos homens trans que vivem no espaço do alto sertão paraibano. Esse espaço que nos propomos analisar, é ainda mais marcado pelas falas evocadas do que é ser o “verdadeiro” “cabra macho”, dificultando ou impossibilitando as vivências desses sujeitos, em suas construções masculinas, bem como sua socialização e interação social.

Para a realização desta pesquisa, dispomos de dois tipos de fontes, a primeira que destacamos é a fonte bibliográfica, tendo em vista o debate filosófico – teórico que a pesquisa demanda, utilizamos desde livros a periódicos, como artigos e tese de doutorado que fomentam nossa discussão. Utilizamos a história oral como fonte metodológica para compreender através desses relatos e da subjetividade desses sujeitos que tipos de imposições ou não, são colocadas para essas pessoas que

ousam transgredir as amarras do gênero – sexo – sexualidade. Entendendo os processos individuais e coletivos que pautam a construção de suas vivências.

Assim, a história oral não é melhor, nem pior que outras metodologias, apenas possui suas diferenças e especificidades. Ela não é a solução para todos os problemas e lacunas históricas, tampouco um suporte para outras metodologias, mas pode sim ser útil em determinado caso e pouco eficiente para outros problemas de pesquisa. (PORTELLI, 1997, p. 26). Nenhuma outra fonte seria tão eficaz para materializar os discursos hegemônicos acerca do gênero masculino, do que a história oral. A própria memória desses homens que vivenciam e constroem sua experiência pessoal e conseqüentemente, a coletiva, suas interpretações e visões do ser masculino disseminado num espaço marcado por uma tradição engessada num ideal de “Macho”, permite-nos pensar e repensar as normas sociais que esquecem o processo de subjetivação e fluidez dos corpos e dos gêneros que a contemporaneidade, essas pessoas e suas reivindicações demandam.

Os caminhos que nos levaram aos colaboradores de nossa pesquisa se deram por meio do contato de amizades, que indicaram nomes e do compartilhamento das minhas experiências, tanto nas redes sociais como nos encontros cotidianos. Foram contactados sete homens trans, que vivenciam suas transmasculinidades na cidade de Cajazeiras, abertamente, mas somente quatro deles se disponibilizaram a dividir conosco suas vivências. Os três rapazes comunicaram que não tinham tempo para participarem das entrevistas por causa de seus trabalhos e não tinham uma disponibilidade de tempo. Assim os colaboradores de nossa pesquisa formam um grupo de quatro homens trans, o Léo¹ de 23 anos, branco e morador de bairro periférico, Gabriel de 18 anos, negro e também morador de bairro periférico, Jorge de 24 anos, pardo e morador de bairro central e Lucas de 35 anos, branco e morador de bairro considerado de “rico”. As denominações de cor e lugar social foram definidas pelos próprios entrevistados. Dos quatro entrevistados dois deles moram com os pais, um deles com sua companheira e o outro mora sozinho. No que se refere ao campo do trabalho apenas dois deles estão atualmente empregados, Jorge que trabalha com delivery e Lucas que trabalha com uma cantora local, Gabriel está concluindo o ensino médio e o Léo no momento atua nas suas redes sociais como ativista dos direitos LGBTQIA+.

¹ Os nomes dos nossos entrevistados foram alterados para preservar suas identidades e evitar possíveis constrangimentos ou danos.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro de questões semiestruturadas em que as respostas foram gravadas com autorização dos entrevistados através de sessões de gravação presenciais de acordo com as normas estabelecidas para a realização de entrevistas em tempos da COVID19. Os lugares foram escolhidos pelos entrevistados, bem como o horário. A finalidade foi fazer um estudo qualitativo acerca da temática em questão, tendo em vista que buscamos ouvir essas experiências indenitárias, de forma subjetiva, de modo que nossos colaboradores pudessem se ver como agentes construtores dessa masculinidade, tendo a autonomia de se pensarem enquanto categoria.

Antes de apresentarmos os capítulos, gostaríamos de enfatizar algumas escolhas relacionadas a essa pesquisa, como colocamos os estudos sobre transgeneridade não são recentes, embora percebamos um espaço maior de visibilidade seja nos trabalhos acadêmicos, seja na mídia a partir da década de 2010. No decorrer de nossas leituras, encontramos pouquíssimos trabalhos na historiografia sobre esse tema, o principal dele foi recentemente defendido por Juno Aguiar, homem trans, pelo PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina. É verdade que como elencaremos ao longo de nossos capítulos, outros trabalhos foram produzidos na sociologia, na antropologia, mas no campo historiográfico ainda é um campo pouco debatido. Longe de polemizar essa produção, não foram poucas as vezes que recebi olhares atravessados me questionando se o que eu produzia era mesmo História. Por muito tempo, fiquei pensando se existe o que é História com H maiúsculo, e assim como me exigiram ser Homem com H maiúsculo fui entendendo que não existe uma verdade sobre o que é História ou não. O nosso comprometimento é em Historicizar a transgeneridade, é reforçar a multiplicidade de caminhos inquietantes que tenham como objetivo desestabilizar as categorias que frequentemente tomamos como naturais, analisando-as em sua contingência histórica, social e cultural.

É evidente que em diversos momentos de minha escrita me coloquei, já que entendo que não existe parcialidade nessa produção, confesso que fiquei receoso com o tão falado rigor metodológico, mas acredito ser importante quebrar o monopólio das narrativas trans por parte das pessoas cisgêneras, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles. Como tão bem colocou Aguiar (2020) é preciso que nós pessoas trans tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência. Os estudos sobre transgeneridade, aliás, devem fazer parte de um processo mais abrangente de redistribuição financeira, cultural e intelectual de

recursos, até por que segundo o relatório da ANTRA, 90% da população de trans, travestis e transexuais entrevistadas utilizavam a prostituição como fonte de renda e subsistência. Devido à baixa escolaridade e à exclusão escolar/familiar, as pessoas trans encontram pouquíssimas oportunidades no mercado de trabalho formal. Sendo assim, considero que a produção acadêmica desse trabalho é sim uma produção historiográfica na medida em que confrontamos com um olhar do presente discursos do passado através de testemunhos/fontes e escolhas teórico-metodológica, mas talvez tenha sido um pouco mais que isso, foi também através dessa historicização pensar para além das permanências e rupturas comuns em processos históricos, foi falar de experiências humanas, foi produzir e me produzir, marcar a minha existência e de tantas outras em uma história não dita e muitas vezes sequer mencionada.

Assim, ao longo do primeiro capítulo, mas não só nele, procuramos desmontar a imagem de um corpo “natural” frente às práticas culturais que norteiam o dualismo sexo – gênero tão bem trabalhado pela filósofa Judith Butler (2019) onde a mesma afirma que a noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes (Butler, 2019, p. 44).

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” (Idem, p.44).

Assim as identidades tidas como “anormais” colocadas à margem e relegadas à clandestinidade, se tornam corpos marcados pelas violências de gênero, e aqui pensando os homens trans, numa conjuntura de alto sertão nordestino, esses sujeitos criam formas de driblar as armadilhas do “Cis-tema”², hora desviando hora se adequando as regras de sociabilidade. As práticas culturais reguladoras se mostram ainda mais vorazes, ao passo que a região conhecida como tal, nasce sobre a

² Palavra que circula no meio transexual para definir um sistema social dominante e dominado por pessoas cisgênera.

simbologia da virilidade, da luta constante pela sobrevivência, do “macho” forte e viril, enfrentando de peito as adversidades da região.

Também ao longo do primeiro capítulo, tentamos através do autor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, apontar que a figura do nordestino, criada a partir de um dado momento histórico, é definida como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos (Albuquerque Jr, 2013, p. 150), nesse sentido faz-se necessário pensar como seriam vistos esses homens trans neste contexto, já que os mesmos em dado momento de suas vidas estiveram, segundo a lógica binária, sendo socializados como mulheres. Em sua fala Durval Muniz nos situa num contexto histórico de formação de uma identidade local de uma região, mais precisamente na década de 1920, aonde a figura do homem do nordeste vai ganhando contornos mais rígidos e projeção para além de região nordeste, o tipo popular do sertão nordestino, por ser inculto teria costumes e psicologia muito particulares, marcados pela “profundeza de caráter de homens rústicos”, pela “valentia, alegria e ironia” (Albuquerque Jr, 2013, p. 189).

Diante do exposto pelo autor podemos perceber que o acionamento da imagem desse homem “cabra macho” agarrado à tradição, e ao caráter rústico do papel masculino se perpetua na atualidade. Evocados por todo um aparato linguístico e simbólico de manutenção e reelaboração desta identidade, seja por meio da literatura, música, religiosidade etc. Nas páginas do cordel, o cangaceiro tornou-se ao lado do coronel, seu inimigo e contraponto, modelos de ser homem no Nordeste (Albuquerque Jr, 2013, p. 202).

No segundo e no terceiro capítulos buscamos refletir e questionar de que forma seriam vistos e socializados os sujeitos de nossa pesquisa, que tipo de sujeições os mesmos se obrigariam, ou não, a passarem para garantirem uma legitimidade, o reconhecimento de sua identidade. A questão do reconhecimento e respeito à identidade trans tem sido cada vez mais debatida, chamando a atenção para suas pautas e reivindicações, uma constante na vida dessas pessoas, na qual muitas vezes buscam na fantasia imaginativa maneiras de existir, de se ver. Muitos relatos de homens trans no mundo das redes sociais bem como dos próprios colaboradores desta pesquisa, relatam este campo da fantasia. O imaginativo como mecanismo de conforto, um consolo, diante de uma sociedade que não os enxergam. Tal constante é relatada no livro “Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”,

escrito pelo psicólogo e escritor brasileiro, primeiro homem transmasculino do Brasil a passar por cirurgia de redesignação sexual, João W. Nery. Em sua autobiografia o mesmo relata todo o seu processo transexualizador e luta pelo reconhecimento e validade enquanto homem, num contexto de regime ditatorial. Ao traçar sua infância o autor afirma que “devido a esta absurda defasagem entre a minha autoimagem e a que faziam de mim, descobri, quase instintivamente, que na fantasia estaria à gratificação de ser reconhecido” (NERY, 2011, pág. 35).

No entanto como se percebe ao longo da trajetória do João Nery, em seu livro, este campo da fantasia vai se tornando cada vez menos efetivo, e o que se mostrava como mecanismo de fuga passa a ser uma frustração constante, à medida que o mesmo cresce e seu corpo se mostra. Assim voltamos à problemática do engendramento das categorias indenitárias, discutidas por Judith Butler, (2019) que nos chama para repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade. Questionando a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, abrindo um leque de possibilidades de ser.

Quando o status constituído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2019, pág. 26).

Diante disso podemos nos questionar então por que um “homem com vagina” e mamas não pode ser visto e legitimado como uma categoria emergente na aquarela do que pode ser as masculinidades, porque o corpo transmasculino só é visto, até certo ponto, e com um olhar muitas vezes exótico e alarmado, quando é “passável” e cirurgiado? Os nossos entrevistados narram suas vivências e as formas de lutar para ocupar seu espaço na sociedade, construindo sua identidade transmasculina da melhor forma possível, buscando um olhar crítico para a mesma.

No terceiro capítulo fizemos um esforço pra pensar as falas de nossos entrevistados e sua relação com a cidade e as dificuldades de viver na mesma. Cajazeiras é uma cidade do Alto Sertão Paraibano, localizada à aproximadamente 480 km da capital, distância territorial essa que sempre gerou relações de superioridade nessa dicotomia litoral e interior. É uma cidade estratégica comercial e, como dita por nossos entrevistados, bastante “visibilizada”. Marcada pelo slogan da educação, pela tida história oficial, uma vez que o padre considerado “fundador” do

município era educador e desde muito cedo abriu uma escola, que foi bastante importante politicamente para essa região. Segundo Araújo (2017) o cenário cultural da cidade era bastante movimentado devido ao ativismo e resistência cultural de alguns grupos ligados à universidade, ao teatro, a dança, a música e as organizações políticas (ARAÚJO, 2017, p.14).

A cidade também é marcada por um histórico de luta da comunidade LGBT, tais informações são importantes para que possamos pensar outras possibilidades, por exemplo, de masculinidades que fogem ao caráter biológico e cisnormativo nessa região, assim como muitas outras, historicamente atravessadas pelo patriarcalismo e o coronelismo presentes em todos os detalhes da vida cotidiana e política. Portanto escrever esse trabalho é propor uma memória coletiva sobre os homens trans cajazeirenses baseada em suas vivências e construções identitárias bordadas a partir do discurso imposto do que é ser ou não homem neste espaço.

Ao colocarmos essas questões nesse momento, entendemos que outras possibilidades não foram problematizadas nessa pesquisa, e uma delas foi a questão de classe, raça e etnia, já que falar de transgeneridade é também tocar nessas questões. Não é novidade que produzir uma pesquisa é fazer escolhas, mas nem sempre essas escolhas dependem exclusivamente de nossa vontade, mas muitas vezes, temos a necessidade de nos dividirmos entre o trabalho e as demandas pessoais. Mas, compreendemos que o binarismo de gênero, quando associado à branquitude, privilegia ainda mais, considerando assim, alguns corpos mais humanos que outros. Também foi opção nossa não problematizar os discursos que versam sobre a patologização do transgênero, neste momento, por acharmos que a maioria dos trabalhos existentes faz esse caminho, com isso, não estamos dizendo que não seja importante realizar essa análise, uma vez, que tudo que conhecemos e compartilhamos passa pela discussão dos lugares sociais e pelas relações de poder que também criam os espaços de invisibilidade e visibilidade que certos corpos terão, bem como serão representados.

Portanto, nessa pesquisa, embora também tematizamos por essas questões, o que mais nos interessava era construir esse espaço para os homens transexuais da cidade de Cajazeiras no alto sertão paraibano. Acreditamos que ao nomear assim, o nosso desejo de pesquisa, também ajudamos a criar determinado discurso sobre esses sujeitos, mas as suas experiências não foram aqui atravessadas pelo espaço acadêmico apenas, que ainda os representa tão pouco, suas experiências foram aqui

pensadas por um sujeito homem trans, preto e pobre, aqui eles foram agentes de suas próprias ficções. Entendemos, com isso, como coloca Aguiar (2020, p.144) “que nós, pessoas trans do sul global, tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência”.

2 A “ETERNA” FÁBRICA DE FALOS “COLOSSAIS”

2.1 OS HOMENS E OS ESTUDOS DE GÊNERO: CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO DAS MASCULINIDADES

Por muito tempo pensou-se que não se fazia necessário debruçar-se sobre a questão da construção social da categoria homem, visto que numa sociedade patriarcal este sujeito já a domina. No entanto, se faz necessário fugir das generalizações e adotarmos um olhar crítico e histórico sobre a temática, tendo em vista que o homem dominador/dominante desta sociedade é também fruto de uma produção social, como aponta Connell (2012)

As masculinidades são também construídas na esfera da produção social. A pesquisa sobre as masculinidades dos homens da classe operária e da classe média, em vários países, tem mostrado o processo de moldagem das masculinidades no local e no mercado de trabalho, nas grandes organizações e no sistema político (CONNELL, 2012, p.188).

A masculinidade hegemônica³ há muito permeadora de padrões comportamentais e performances sociais, promovendo a ideia de um modelo “verídico” de ser homem, vem sendo cada vez mais confrontada, criticada, chamada a se reinventar. Possibilitados pelos desdobramentos dos estudos de gênero, estudos feministas, teoria queer, estudos sobre masculinidades, identidade, sexo, e questões emergentes sobre essas temáticas. Neste modelo “único” de ser homem o “falo”, pênis, aliado a determinadas regras comportamentais, tornam-se os legitimadores deste corpo, como um carimbo que confere veracidade a esta masculinidade. O fato de vivermos numa sociedade patriarcal e falocêntrica, produzida num determinado momento histórico, ancoradas em normas de gênero que são fortemente monitoradas a cada instante, acaba por marginalizar identidades e corpos que não seguem a regra, estereotipadas, estigmatizadas, violentadas, pelas diversas instancias e instituições sociais e culturais.

³ Para Gramsci, hegemonia é a capacidade de um grupo exercer o poder sobre o conjunto da sociedade de forma legítima, sem resistência. Mas a hegemonia é sempre provisória, à medida que um grupo que se encontra hegemônico pode reverter à correlação de forças (BENTO, 2015).

A masculinidade “tradicional” foi forjada conceitualmente sob um prisma relacional, como um oposto complementar á feminilidade (BADINTER, 1992; BOURDIEU, 1998). O século XIX é marcado por transformações significativas no modo e na forma de se ver e viver a vida. Exigiu a modificação de toda a sociedade, não se configurado apenas como o período em que o capitalismo se consolidou a partir do processo histórico da industrialização, mas também o momento em que as estruturas sociais e o próprio sujeito histórico passaram a ser pensados e “construídos” a partir da lógica, dos conceitos e dos valores da sociedade burguesa. Essas transformações não modificaram apenas as estruturas urbanas ou as relações de mercado, mas também as sociabilidades e os costumes das pessoas. Esse projeto adquiriu força porque angariou capital privado, política, educação, Igreja, justiça e ciência para a sua consolidação e, principalmente, para a sua manutenção.

Conjuntamente a este projeto de sociedade, a ciência, legitimada com seu lugar de fala e o seu status de “veracidade” – já bem consolidados – atuaram na orientação da sociedade em geral, sendo responsáveis por determinar o normal e o anormal, os valores, os costumes privados e públicos, bem como onde cada corpo binário deveria estar, e onde os corpos considerados desviantes não deveriam ocupar. Araújo (2017) afirma que tal ação visou propor uma organização social produtiva que respondesse ao modus operandi do sistema capitalista e, principalmente, que fosse harmônica e coesa aos modus vivendi da sociedade burguesa. Deste modo, tudo que fugisse da ideia de “progresso” e fosse identificado como um retrocesso apresentava perigo ao desenvolvimento dessa sociedade ocidental, sendo necessário o controle por meio da disciplina. O entendimento do corpo e os comportamentos sexuais, a sexualidade e os papéis de gênero ganharam um novo lugar discursivo e teórico nesse período, marcados por um processo de cientificização do sexo⁴ (ARAÚJO, 2017, p. 18).

Araújo (2017) nos chama a atenção para a forma como essas transformações possibilitadas por meio das instituições discursivas vão sendo consolidadas objetivando uma higienização e controle da sociedade

A ideia de família passou a ser fundamental para os ideais de modernização, progresso e desenvolvimento econômico, pois a sua estrutura normativa era muito pragmática para a ordem econômica vigente até então. A divisão sexual e o próprio patriarcado nunca estiveram tão bem definidos, naturalizados, moralizados e propagados como possibilidade única. Qualquer outro modo de pensar ou praticar a vida em sociedade que destoasse desse projeto

⁴ CHAUI, Marilena. *Repressão Sexual*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

civilizatório esteve sujeito à patologização, higienização ou trancafiamento compulsório (ARAÚJO, 2017, p. 21).

É justamente neste contexto de controle das normas que os corpos masculinos e femininos ganham contornos mais rígidos. O desejo de eliminar a diferença, a busca de normalização do outro, implicou na consolidação de um modelo de comportamentos, corpos, família, gênero, sexualidade, criado pela sociedade burguesa. Que instituiu hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição a o que era visto e considerado como desviante, promíscuas e anti-higiênicas, demonstrando o que era bem visto, aceito e o que deveria ser repudiado, escondido.

O campo de estudo sobre as masculinidades se forma e toma corpo a partir de um contexto propício, desde a década de 1960, os interesses pelos estudos sobre os homens e as masculinidades começaram a despontar nos países anglo-saxões, a partir da contribuição do movimento feminista e dos movimentos gay e lésbico, sobretudo ao colocar em questionamento a masculinidade hegemônica (KIMMEL, 1987), Robert W. Connell (1995). Esses acontecimentos estimularam pesquisadores a refletirem sobre o masculino e as construções das masculinidades, pautadas em perspectivas diversas, como poder, conflito e dominação. No entanto para Connell (2012) a princípio o movimento de libertação dos homens resultou em propostas bastante modestas de reformas e em vagas retóricas de mudança (CONNELL, 2012, p. 187). Na década de 1970 o gênero masculino era visto e entendido como o papel do sexo masculino, ou seja, criou-se um conjunto de atitudes e condutas que definiam o que era ser homem apropriadamente, e conseqüentemente o que era ser mulher, tal mecanismo ainda é constantemente acionado na atualidade. O conceito de papel sexual, que regula comportamentos femininos e masculinos, mantém o sistema binário no centro do controle social.

A noção de masculinidade hegemônica se processa a partir das relações de poder das quais resulta um modelo hegemônico calcado na representação paradigmática do homem heterossexual, branco e pertencente à classe dominante (KIMMEL, 1987). Este conceito encontrou grande recepção nos estudos de gênero que enfocam as masculinidades, como os de Connell (1995) e Hearn (1996) o debate sobre uma “reinvenção” do homem ganhava força. Ao questionarem a masculinidade hegemônica (KIMMEL, 1987) e Robert W. Connell (1995) ⁵ avança nessa discussão

⁵ Atualmente Raewyn Connell.

ao apontar para a multiplicidade das masculinidades, isto é, por diferenciados padrões que serão caracterizados como masculinidades hegemônicas, de subordinação, de cumplicidade e marginalizadas (CONNELL, 1995, p. 77-81). Connell fundamenta o conceito de hegemonia com base em Gramsci, cuja categoria é utilizada em sua análise das classes sociais (DE SOUZA, 2009, p. 125). No entanto, Connell nos chama a atenção para o caráter volátil da hegemonia, já que os padrões de masculinidades variam dependendo do contexto histórico. É sabido que a masculinidade hegemônica tem como modelo de referência o patriarcado visto que no âmbito das relações de gênero vai se configurar como processo dominante dos homens e de subordinação das mulheres (CONNELL, 1995, p. 77).

As representações culturais do masculino foram postas em questionamento ao patriarcado, promovido pelo feminismo, levando a modificações no processo de construção subjetiva dos homens, ou seja, o feminismo não modificou apenas o comportamento, o modo de ver a vida e de se colocar no mundo, das mulheres, mas também reverberou nos homens. Tanto o conceito de masculinidade quanto a experiência dos homens como sujeitos empíricos estão, assim em transformação, o que derruba o argumento biologizante promovido pelas neurociências (PINKER, 2006). Butler (1990) afirma que a cultura constrói o masculino e também o desconstrói de forma que qualquer pretensão a uma estabilidade no conceito de masculinidade e das relações de gênero é sempre ilusória (BUTLER, 1990). Esses questionamentos possibilitaram um entendimento dos homens não mais como dado, natural, mas construído a partir de um processo de subjetivação, legitimado pelas diversas representações sociais, produzidas pelas mais diversas sociedades.

Contemporaneamente a concepção de Freud (1921) em sua obra “Psicologia de Grupo e Análise do Ego”, acerca da formação do eu ligado diretamente ao paterno e conseqüentemente, ao masculino, como sendo a socialização primária do sujeito, portanto a mais remota, acreditando ser a figura masculina o embrião das socializações, é posta em xeque pela psicanálise em estudos como os Chodorow (1978), Bleichmar (2006), e por diversos cientistas sociais como Gilmore (1990), Herdt (1997), Bourdieu (1998). Segundo Garcia (2010),

Estes estudos apoiados em pesquisas realizadas em distintas sociedades sem escrita, demonstram que nelas a masculinidade é tida como uma conquista para os homens. Sob o prisma dessas culturas, o menino não nasce homem, mas torna-se homem se for conduzido a essa assunção pela comunidade e conseguir, assim, expulsar de si os elementos femininos que

o habitam e são tidos como empecilhos para o exercício do papel viril (GARCIA, 2010, p. 80).

A contribuição desses estudos e, principalmente, das ciências sociais, permitiu a formação de uma discursão mais complexa das questões dos homens e das masculinidades. Possibilitando enxergar pontos problemáticos no processo de construção subjetiva masculina, sobretudo na figura de um homem universalizado que por muito tempo se buscou sustentar. A adoção de tal perspectiva ganhou ainda mais força a partir da expansão dos estudos de gênero que eclodiram, essencialmente, na década de 1970. Trazendo ao encontro das discussões sobre masculinidade, problemáticas levantadas pelo movimento feminista (CONNELL, 1995). Deste modo as representações culturais do masculino, bem como o questionamento ao patriarcado, foram promovidas pelo movimento feminista. A construção subjetiva dos homens, historicamente apoiadas nos valores falocêntricos se modificou quando essas estruturas foram postas em xeque. Portanto, para Butler (1990) o gênero é construído socialmente pelo poder que atua, produzindo e regulando os corpos de acordo com as ideologias predominantes na cultura. Assim, para a filósofa, o gênero se configura como uma ficção, uma espécie de modelo, pois a cultura insere nos corpos signos, produzindo a ilusão de uma identidade estável e coerente. Ao pensar o gênero como plural, Butler (1990) propõe uma nova forma de se pensar o feminismo e os problemas de gênero, bem como promove novos subsídios para um maior entendimento dos processos de construção da masculinidade. Assim sendo, a utilização do pensamento de Judith Butler para o entendimento da masculinidade implica em considerar a inexistência de uma essência viril, que conduz o homem a se comportar de forma ativa e dominadora em relação à mulher, demonstrando a não naturalidade das identidades.

Ao falarmos em “eterna” e “fabrica”, nos remetemos a estes processos de engessamento dos corpos e das identidades, e aqui, do falo, fabricado e constantemente evocado como legitimador dos corpos cis masculinos e de suas masculinidades. O falo que confere veracidade a esses sujeitos acaba por deslegitimar e invisibilizar corpos e existências de transmasculinos, bem como de mulheres trans e travestis. Pensar a contemporaneidade dentro dos processos históricos nos faz pensar em como os sujeitos históricos possuem grande capacidade de se transformar, ressignificar e reelaborar a si mesmos bem como o mundo ao seu redor. No entanto, apesar de grande significação das mudanças ocorridas no campo

de estudo sobre as masculinidades, ainda existe um longo caminho a ser trilhado. Já que o investimento no modelo de sociedade capitalista burguesa foi tão bem arquitetado e pragmático que, na atualidade ainda concebemos o patriarcalismo e a heteronormatividade como a primeira lente obrigatória para pensarmos o mundo e a si mesma (o). Obviamente estamos falando de uma Europa e dos seus grandes centros urbanos no século XIX, no entanto, essas modificações nos importam para podermos pensar como que esses modelos, a partir de um olhar do macro ao micro, e conceitos de civilização, progresso, modernização e higienização influenciaram e foram incorporados – de maneira singular e de acordo com contextos específicos – pelo Brasil nos seus primeiros anos de república, influenciando diretamente a construção/reconstrução da masculinidade por aqui e principalmente na região concebida por Nordeste.

2.2 O JOGO DA COERÊNCIA: A TENTATIVA DO ENQUADRAMENTO

O “ditar verdades absolutas” parte de uma manobra de controle. Segundo Giffin (2005) a própria definição da masculinidade hegemônica é um dispositivo de dominação internacional e de classe social (GIFFIN, 2005, p. 51). A tentativa de enquadramento binário se consolida no século XVIII, Foucault (1995) argumenta que é na sociedade burguesa, que a sexualidade emerge como categoria discursiva. Ou seja, a sociedade capitalista-burguesa fabrica corpos coerentes, identidades coesas, utilizando-se do discurso médico-científico como legitimador deste projeto de sociedade. Para Butler (2019) as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2019, p. 42). Isso significa que o gênero que corresponde às relações de coerência entre sexo/gênero/desejo e práticas sexuais, são legitimados e posto como verdadeiro, e tudo que fuja a essa prerrogativa, é colocado na marginalidade.

Deste modo a heterossexualidade compulsória⁶ é posta em cena, monitorando, desde o nascimento, corpos, gêneros e desejos.

⁶ Segundo Judith Butler a heterossexualidade compulsória seria a premissa de que todo mundo naturalmente nasce heterossexual a partir do sistema binário.

A classificação do mundo binário é extremamente funcional, à medida que consegue adentrar todos os espaços. Bento (2015) citando Bourdieu nos atenta acerca destas classificações,

Bourdieu (1995, 1996), estudando as bases de sustentação da dominação masculina, chamou a atenção para a forma como classificamos o mundo a nossa volta. A classificação social dos gêneros masculino e feminino dá-se em diversas direções: na estrutura do espaço, nas divisões interiores da casa, na organização do tempo, nas práticas tanto técnicas como rituais do corpo, posturas, maneiras (BENTO, 2015, p. 53).

Apontar o caráter androcêntrico⁷ das Ciências Sociais não significa culpar os homens pela dominação, mas interpretar como as diferenças entre os sexos são construídas, valorizadas e hierarquizadas em contextos históricos e sociais específicos (BENTO, 2015, p.82). O androcentrismo na perspectiva de Vale de Almeida trouxe limitações tanto para mulheres quanto para os homens,

O androcentrismo de que a Antropologia foi acusada pelo feminismo não só impediu que se ouvisse a voz das mulheres; impediu também que se ouvisse a diversidade das vozes masculinas, a sua visão, por vezes dissidentes, da homologia masculino/público/político – em suma, da masculinidade hegemônica. Ao tornar o masculino em equivalente implícito do social, retirou-se a autonomia e possibilidade de desconstrução (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 129).

A partir disso se percebe a importância dos estudos de gênero voltados as construções das masculinidades. Para Bento (2015) Os estudos sobre os homens tentam compreender os mecanismos sociais por meio dos quais estes estruturam suas práticas, pensando-as relacionalmente. Mas o “relacional” aqui transcende os limites entre homem e mulher. Há uma preocupação em pensar como os próprios homens relacionam-se entre si, contribuindo para a construção de sua identidade de gênero (BENTO, 2015, p.83). Dentro deste quadro, não é suficiente apenas afirmar que os homens se comportam de uma determinada forma, mas entender que a elaboração da masculinidade baseia-se em práticas discursivas, estruturadas historicamente. Questionarmos acerca da não naturalidade dos gêneros é extremamente importante ao passo que é por meio destes, que podemos compreender como as sociedades constroem as relações de gênero e

⁷ Postura segundo a qual coloca o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros.

consequentemente, as relações sociais. O modelo de masculinidade baseado na virilidade, agressividade e determinação é específico de uma sociedade (BENTO, 2015, p. 85).

A masculinidade hegemônica está enraizada na esfera da produção, no campo da política, nas práticas esportivas, no mercado de trabalho. E, em todas estas esferas, o discurso impulsionador das práticas dos homens tem como fundamento a competição, a busca insaciável pelo sucesso, pelo poder. E é neste ponto que a masculinidade deve ser provada, e, tão logo isso ocorre, é questionada, tornando necessário que seja novamente provada: sua construção é constante, implacável e inatingível (BENTO, 2015, p.88). Connell (1987) lista quatro noções teóricas que definem a masculinidade, ainda que, incompletas, são elas: a essencialista, a qual parte dos atributos biológicos, a normativa, que define a partir de um padrão comportamental, a positivista, que determina como os homens são, tratando homens e mulheres como blocos distintos, e a semiótica, a qual utiliza um sistema simbólico de dualidade entre masculino e feminino, contrapondo-os. Ainda para Connell, a masculinidade hegemônica conversa com outras ao seu redor, definindo três outros tipos: a subordinada, na qual homens heterossexuais definem uma relação de subordinação e opressão com homens gays, e aqui podemos perceber tal ação tanto para com os cis e os trans, a cúmplice, onde homens que não compõe o grupo hegemônico, mas que se aproveita do patriarcalismo, e a marginalizada, onde homens tanto cis quanto trans são excluídos a partir de recortes como os de raça e classe. Deste modo podemos perceber a complexidade da masculinidade, fazendo-nos captar as arramas que a constitui, bem como sua flexibilidade e, consequentemente a sua incoerência diante das limitações que saltam no momento da tentativa do enquadramento.

Simone de Beauvoir (1949), em sua obra “O Segundo Sexo” com sua afirmação “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, revolucionou o olhar não somente sobre a construção da identidade “mulher”, mas também da própria identidade “homem”. Segundo Bento (2015) essa afirmação é apropriada pelos estudos sobre os homens que, ao tentar mostrar que “ninguém nasce homem, torna-se homem”, busca desconstruir uma definição assentada nos aspectos fixos, biológicos, de uma natureza masculina, seguindo uma tendência epistemológica no campo dos estudos de gênero (BENTO, 2015, p.85). Notadamente a masculinidade hegemônica tem a capacidade de impor determinados modelos comportamentais acionados por um sistema

complexo e simbólico, no entanto não significa que as que a cercam não possam criar formas ou mecanismos de dribla-la. A própria ideia de masculinidade cúmplice em Connel (1987) pode nos dizer muito sobre formas de existir. Ainda para Bento,

A masculinidade hegemônica constrói a imagem de masculinidade dos homens que detêm o poder, e que se tornou o modelo em avaliações psicológicas, pesquisas sociológicas, e literatura de autoajuda que aconselha os jovens a se tornarem “homens de verdade”. A definição hegemônica apresenta o homem no poder, com o poder e de poder. A masculinidade torna-se sinônimo de força, sucesso, capacidade, confiança, domínio, controle. As definições de masculinidade que a sociedade brasileira desenvolveu conservam o poder de alguns homens sobre os outros e sobre as mulheres (BENTO, 2015, p.90).

Deste modo as definições da masculinidade em nossa cultura são construídas a partir de diversas histórias que coexistem entre si, mesmo que se queira determinar e se tenha um modelo da mesma. Elas estão tanto no campo da individualidade quanto da coletividade, ou seja, constituir-se como homem perpassa complexos processos de subjetivação. Não passar por esse andamento dentro da categoria possibilita criar, manter e reelaborar uma ideia utópica de um homem verdadeiro e universalizado. Este ideal exalta comportamentos violentos, competitivos acionados pelo discurso da virilidade, submetendo mulheres e homens, obviamente de formas diferentes, ao domínio deste sujeito. Bento citando Nolasco (1995), nos fala da importância do masculino, como categoria que serve a um conjunto de identificações e comportamentos, configura para o indivíduo como um campo de representação comprometido com a visibilidade do empírico. A ação, o fazer, o realizar e o desempenho colocam os homens continuamente diante da questão do uso e da legitimidade de seus comportamentos (Idem, Ibidem, p.90). A importância da categoria dentro deste sistema se dá ao passo em que se constrói uma ideologia que da sustentação, coerência e justificativa nas práticas discursivas dos homens cis.

Os tipos de masculinidade apresentados por Connell (1987) são relevantes porque nos chama a atenção para uma multiplicidade de masculinidades que convivem no mesmo espaço social. Raewyn Connell descobriu a representação de um homem genérico. Dentro do universo de nossa pesquisa compartilhamos da definição de masculinidade crítica, utilizado por Bento (2015), como a mesma aponta, crítica no sentido de que há uma reflexão tanto do modelo inculcado na socialização primária, identificado como tradicional ou hierárquica, como uma negação ou até uma repulsa, por parte dos entrevistados, dos homens que atualmente performatizam esse

modelo (BENTO, 2015, p.92). Para Kimmel (1994) existem discursos que sintetizam a masculinidade hegemônica que parte, por exemplo, dos ditos populares, como: “homem não chora”, “não seja fraco”, “não é homem não”. O fracasso em cumprir tais regras significa sofrimento e angustia, perda de poder, a masculinidade deste modo, se coloca como um teste implacável e permanente. Vale ressaltar que tal visão e interpretação desse tipo de homem deve ser relacionada a um contexto específico, evitando deste modo a generalização de que em todas as sociedades a construção da masculinidade parta destes discursos. Na tentativa do enquadramento normativo e coerente, os homens para serem considerados como tal, aprendem o que não devem ser antes de aprenderem o que podem ser, fazendo com que sua identidade seja construída negativamente, e com que a aprovação e reconhecimento do homem como membro do gênero masculino ocorra a partir da relação com outros homens e da aprovação social masculina (BENTO, 2015, p. 96). Ou seja, para serem legitimados como homens, sujeitos do masculino, passam por jogos simbólicos que determinam a veracidade dos mesmos, e porque não dizer, o merecimento de ser homem, já que é necessário uma série de testes para serem reconhecidos pelos que estão no lugar de hegemonia.

Para muitos teóricos (BADINTER, 1992; RUTH HARTLEY apud BADINTER, 1992; CHODOROW, 1979; KIMMEL, 1995; CONNELL, 1987), o ponto de ruptura encontra-se no fato de que ser homem significa “não ser como as mulheres”, deste modo à masculinidade surge como uma negação da feminilidade. Ser homem significa não ser mulher, a partir da lógica sexo/desejo/prática sexual. Ou seja, homem seria igual a pênis e mulher seria sinônimo de vagina, e os dois heterossexuais. Dentro desse quadro a masculinidade se torna algo inalcançável tanto para homens trans quanto para homens cis gays, bem como para as outras expressões do masculino que são marginalizadas. Os ritos de iniciação se manifestam de formas diferentes nas mais diversas sociedades, segundo Berenice Bento, os processos rituais, que têm como objetivo fazer “nascer” o homem dentro dos meninos mudam de cultura para cultura (BENTO, 2015, p.97). São os homens os responsáveis pelo ensinamento desta pedagogia da virilidade aos outros homens, ou seja, “é o homem que engendra o homem” (ARISTÓTELES apud BADINTER, 1992, p. 80).

2.3 O LABIRINTO CISNORMATIVO: ENTENDENDO A CONSTRUÇÃO DO “CABRA MACHO” NORDESTINO

É notório o avanço dos estudos acerca das masculinidades e de uma suposta crise da mesma. Nas últimas décadas a temática tem ganhado espaço e reivindica seu lugar nas discussões de gênero no Brasil, a partir de 1990. Segundo Madrad e Lyra (2008), a partir da década supracitada já se torna possível falar em um “campo de pesquisa sobre masculinidades” no país. Salientando que tanto as análises de Pisticelli (1998) como as de Giffn (2005) destacam a relevância dos estudos acerca deste tema, sobretudo no que diz respeito à percepção de uma “diversidade de vozes masculinas” (PISTICELLI, 1998, p. 149).

No entanto falar e pensar as experiências de masculinidades, principalmente a questão dos homens trans e transmasculinos, no campo historiográfico não é uma tarefa muito comum. Podemos notar certa ingenuidade frente à complexa construção histórico-social desses sujeitos do masculino. Pensar estas construções eurocêntricas herdadas e implantadas pelo processo de colonização, que enquadrou/enquadra corpos e identidades nos faz refletir sobre como este labirinto, fazendo uma analogia ao “Labirinto do Minotauro”,⁸ da mitologia grega, está cheio de armadilhas intencionais para punir aqueles que, sem o fio de Ariadne, perdem-se e acabam por sucumbir a essas armadilhas. Pensando nesta analogia ao mito grego podemos considerar o labirinto como o cerne da questão do enquadramento dos corpos e das identidades e o fio, uma espécie de controle, um quadro de regras. O fio como condutor, seguido à risca leva a saída do labirinto. Entendendo que aqui a figura do minotauro representaria a simbologia do diferente, do desviante, o que precisa ser domado.

Os estudos acerca da historização das masculinidades são relativamente recentes, sobretudo aqueles que fogem do padrão dominante, universal, por exemplo, os sujeitos de nosso trabalho. Segundo De Freitas Silva (2015) um dos desafios nesse campo é abordar as masculinidades fora de paradigmas essencialistas, que acabam por repor a ideia de que determinadas práticas – como as noções de violência e virilidade (DE FREITAS SILVA, 2015, p.8), seriam a esses sujeitos naturais. As

⁸ Segundo a mitologia grega, o palácio de Cnossos, situado na ilha grega de Creta, escondia um labirinto que foi construído pelo brilhante arquiteto e artesão **Dédalo**, a pedido do Rei Minos. Nesse labirinto vivia um “monstro” denominado Minotauro, que possuía corpo de homem e cabeça de touro.

concepções de homem e mulher, feminino e masculino foram sendo consolidada em meados do século XIX, ligando a figura da mulher ao espaço doméstico/privado, responsável pela educação dos filhos e submissa a figura masculina do pai/marido ao passo que ao homem historicamente era reservado o privilégio do domínio do espaço público. Portanto como aponta Botton (2007),

Focar a masculinidade enquanto objeto de reflexão teórica, no campo historiográfico nacional, ainda significa uma perspectiva inovadora. A problematização do conceito de masculinidade e suas implicações sócio-históricas foi sistematicamente tangenciada na medida em que se fixou a ideia da existência de uma única masculinidade hegemônica baseada na dominação e no poder inquestionável do “patriarca”. Trata-se de uma lacuna historiográfica onde o conceito de masculinidade foi compreendido antes como uma consolidação ou uma permanência natural (o que Bourdieu chamaria de dóxa) do que uma construção de gênero passível de ser problematizada (BOTTON, 2007, p.109).

Deste modo quando falamos e pensamos a “categoria” homem é importante nos questionarmos que ideal de masculinidade é evocada neste processo? E conseqüentemente quais as que são silenciadas? Cabe esclarecermos que concordamos com De Freitas Silva (2015) quando o mesmo esclarece que entende as masculinidades como,

Um conjunto de experiências históricas que contribui e se constitui na formação dos sujeitos; estas experiências moldam, transformam e formam as percepções sobre a realidade e indicam como cada um se posiciona frente à vida. É nesse sentido que entendo e proponho uma reflexão que desloca o olhar das naturalizações e cristalizações que compreendem a masculinidade como sinônimo de violência, força, dominação, virilidade e potência sexual, por exemplo, (DE FREITAS SILVA, 2015, p.9).

Assim não estamos buscando colocar os homens, sejam eles cis ou trans, como vítimas, ou um melhor que o outro, mas entender os processos históricos que colocam em evidencia certas experiências do masculino em relação a outras, percebendo recortes como, por exemplo, classe e raça e assim como salienta Luzia Margareth Rago, se referindo aos estudos feministas que “avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade” (RAGO, 1998) também avançarmos nas discursões que colocam a personalidade e as ações sociais dos homens como sendo fruto de uma estrutura natural e inquestionável. Assim entendemos que as construções identitárias e as experiências dos sujeitos e do gênero não são anteriores

ao acontecimento, mas produzidas e constituídas na ação e interação com o outro. Interligados por uma ampla e complexa rede de relações de dominação/subordinação socioculturais construídas que inscrevem nos corpos uma suposta coerência entre sexo e gênero, produzindo assim corpos marcados pelo masculino/homens/pênis e corpos femininos/mulheres/vagina inserindo-os numa matriz de inteligibilidade. Tais experiências a nosso ver são definidas historicamente, e não biologicamente.

Considerar as questões das construções das masculinidades no Brasil, sob o prisma de uma crise da mesma, entendendo essa “crise” a partir da perspectiva de De Freitas Silva (2015) quando o mesmo a fixa num contexto específico que “se deu entre os homens brancos estadunidenses que tiveram as suas concepções de masculinidade desestabilizadas pelo avanço dos movimentos feministas e gays nos anos de 1960” (DE FREITAS SILVA, 2015, p.11). Deste modo se faz necessário compreender o contexto em que tais discussões emergem por aqui. O Brasil iniciou seu processo socioeconômico e cultural de modernização das cidades, no final do século XIX, o que afetou diretamente os ideais de masculino e feminino por aqui. Tal processo acarretou em choques violentos, principalmente na região que viria a ser concebida por Nordeste. Tendo em vista que ocorreu um processo de desestabilização das fronteiras que constituía o masculino e o feminino historicamente. Segundo Ceballos (2003),

A modernidade europeia e norte-americana trouxeram para os brasileiros uma gama de transformações cotidianas que se espalhavam da capital federal para os demais estados. Novidades que traziam, principalmente, um novo conceito homem civilizado, agora comprometido com o mundo estritamente urbano (CEBALLOS, 2003, p. 7).

Para Le Rider (1988) o final do século XVIII e início do século XIX trazia consigo a figura do indivíduo em crise, assim para o mesmo seria no final do século XIX que se poderia contextualizar a “crise da identidade masculina”. É importante ressaltar que o comportamento masculino se apresenta de diversas formas ao longo da história, revelando que a mesma não se fixa, reelabora-se através das relações consigo, com o outro e com o mundo ao seu redor. As pressões da modernidade no final do século XIX produziram um tipo de masculinidade específica, tanto no campo privado como no público. Segundo George Moose, a masculinidade até então vigente, fornecia um anteparo contra o caos e as forças de dissolução que pareciam tão ameaçadoras na época na medida em que os inimigos da sociedade estabelecida se tornaram cada

vez mais visíveis e numerosos (MOOSE, 1988, p. 290). Esses sujeitos caracterizados como inimigos eram os homossexuais, as travestis, lésbicas e as próprias mulheres cis, engajadas no movimento feminista. Ou seja, identidades e corpos marginalizados, que ameaçavam a hegemonia do homem cis, branco, hétero, de classe média na sociedade. O ideal masculino era um bastião erguido contra a decadência; representava em palavras, pinturas e em pedra um ideal de virilidade casta, o qual penetrou profundamente na consciência burguesa (Idem; Ibidem; p. 293).

Segundo Botton (2007) a masculinidade e os estudos referentes à mesma desde o início vêm sendo estudada e entendida a partir de modelos naturalistas que a interpretam enquanto uma consequência biológica da formação humana, ou seja, foi vista como sendo puramente sexual-biológica. O mesmo afirma que se trata de uma hierarquia de dominação e submissão onde um índice de atividade/passividade permeia a construção do ser masculino (BOTTON, 2007, p. 111). A historiadora Maria Izilda Matos nos chama a atenção para “a necessidade de se historicizar os conceitos e categorias analíticas, aceitando a sua própria instabilidade como aliada na subjetividade crítica do historiador” (MATOS, 2001, p.46). Assim sendo a mesma afirma que,

Apesar da ampla produção na área de estudos de gênero e de suas instigantes contribuições, pouca atenção é dada à história dos movimentos feministas e ainda são raros os estudos na produção historiográfica brasileira sobre as masculinidades, deixando a impressão de que os homens existem em algum lugar além, constituindo-se num parâmetro extra-histórico e universalizante (Idem, Ibidem, p.46).

A partir destes estudos interdisciplinares promovidos pela sociologia, antropologia, psicanálise e as ciências sociais a masculinidade passou a ser compreendida também como uma construção social. No entanto vale salientar que segundo Botton (2007) no início as feministas consideravam que os homens eram os únicos beneficiados pelo sistema de gênero, assim, não passíveis de serem estudados pela nova abordagem que pretendia dar voz às mulheres (BOTTON, 2007, p.112). Ainda para o autor o campo da história também teve certo receio de abordar tais questões como, por exemplo, aponta a historiadora Michelle Perrot em sua assertiva acerca do lugar que a historiografia havia reservado a mulher, enclausurando-a no espaço privado e não dando voz as mesmas. Porém é válido salientar, como nos trás Botton, “sua abordagem da “história dos excluídos” não

problematizou a masculinidade justamente por considerar que, enquanto unicamente dominantes, os homens nunca poderiam ser considerados como excluídos” (BOTTON, 2007, p.113). Em vista disso, entendemos que estudar as masculinidades não é apenas debruçar-se sobre a dimensão sexual, mas também problematizar os sentidos que atribuímos às concepções de violência e paternidade, virilidade, a dicotomia entre masculinidade hegemônica e subalternas geradoras de hierarquias de gênero, como afirma Cecchetto (2004),

É sobre a emasculação de outros que se constrói um tipo de masculinidade hegemônica. [...] A definição de masculinidade é um procedimento político: envolve a criação de outros, sem a definição das masculinidades subordinadas, a definição de masculinidade hegemônica permanece incompleta (CECCHETTO, 2004, p. 66-67).

Nem todos os homens vivenciam as mesmas experiências no espectro das masculinidades. Os marcadores sociais como etnia, orientação sexual, classe social, identidade regional, contribuem para a consolidação de um modelo de masculinidade branca e heterossexual em detrimento de outras, todas historicamente construídas. Assim concordamos com De Freitas Silva (2015) quando o mesmo afirma que,

É necessário desmistificar, desnaturalizar e historicizar a masculinidade e suas investidas, desvelando os processos de naturalização e regulação de uma posição de gênero normativa que pressupõe uma heterossexualidade naturalizada que subalterniza todas as outras expressões, estilos/performances de masculinidades, as quais desestabilizam o modelo de masculinidade branca, heterossexual e viril (DE FREITAS SILVA, 2015, p.15).

Posto isso, torna-se importante evidenciar que as noções naturalizadas do masculino são frutos de processos históricos marcados por dominação e hierarquias. E assim “constatar que tal associação atende à manutenção e perpetuação de um histórico processo de dominação que tem como base a noção do masculino como um paradigma” (Idem, Ibidem, p.15). Portanto a masculinidade não está dada, ela é histórica marcada por processos de reconhecimento, e principalmente de não reconhecimento.

Para Nicolau Sevcenko (1998), o final do século XIX e início do século XX marca para o mundo um novo período histórico. Um mundo que passava a viver um novo dinamismo social, uma velocidade cotidiana que impressionava. Segundo

Ceballos (2003) no Norte brasileiro do começo do século XX, discursões envolvendo questões de uma modernização responsável pela urbanização, novas crises econômicas, falências dos engenhos, crescimento das Usinas, o estabelecimento de novas práticas femininas e masculinas também ganhavam força. Com uma reordenação crescente do cotidiano, discursos alertavam sobre a crise uma sociedade organizada em relações patriarcais. Uma velha “raça” de homens fortes e bravios se “amolecia” (CEBALLOS, 2003, p.7). Vale salientar que ao mesmo tempo em que se criticava a feminização dos homens, também angariava adeptos, sobretudo nos Estados Unidos, no começo do século XX. No caso do Recife, no início do século XX, vários discursos abordavam mutações nos códigos de gênero na sociedade patriarcal do Nordeste brasileiro (CEBALLOS, 2003, p.8). Assim, nota-se uma espécie de ansiedade diante destas transformações. Deste modo o nordestino viria a torna-se um tipo regional, inventado nos anos vinte, diante da ameaça de uma “feminização” da região caracterizada não apenas pelos avanços feministas sobre os espaços masculinos, mas pelo progresso representado pela “usina-mulher” ou a cidade moderna (Idem; Ibidem, p.8).

As “versões paralelas” da masculinidade hegemônica não possui uma identidade definida, no começo do século XX, na região que viria a ser o Nordeste, tais versões vão disputando espaço ao longo do século. Para Richard Miskolci (2012) e Albuquerque Júnior (2013), a construção de um ideal de masculinidade, e aqui pensando o nordestino, foi articulada a projetos de poder de uma elite de homens brancos e heterossexuais. Segundo George Moose (1988), é possível interligar os processos de construção da imagem histórica da masculinidade com as influências que as expressões marginalizadas que compõem o masculino. Os que estão dentro e os que estão fora não podem ser separados facilmente; historicamente, vinculam-se entre si (MOOSE, 1988, p.291). Para a maioria dos estudiosos do campo das masculinidades, o medo dos homens frente a essas mudanças, em redefinir sua identidade está no fato de que a masculinidade se constrói a partir da oposição ao que é culturalmente considerado feminino. E aqui chegamos a uma importante questão a ser problematizada, ao passo que a identidade de gênero é relacional, medida pela cultura e construída através de um processo de aproximação (identificação) e distanciamento (diferenciação), onde a possibilidade de equilibrar esses dois movimentos estaria também dependente dos homens desconstruírem os significados que tem internalizado do que é ser mulher (LISBOA, 1998, P.132). Desmanchar as

fronteiras binárias não significa remeter a um processo de “feminização” do homem, ou a “masculinização” da mulher, e sim ampliar a categoria gênero. Segundo Ceballos (2003, p.9):

O homem se vê preso dentro do seu próprio modelo, havendo uma tensão entre mudar e o permanecer, o que mostra não apenas uma situação de desterritorialidade masculina, mas também o quanto é difícil os homens inventarem formas indenitárias. Para isso, torna-se importante, mais do que tentar aproximar modelos femininos e masculinos, compreender como se constrói a subjetividade masculina em confronto com as exigências das mudanças colocadas a partir de um referencial feminino.

Somos produzidos por relações de poderes e formações de saberes que instituem, classificam e explicam o que é ser homem no Nordeste (RAGO, 1993, P. 28). É justamente nesses sistemas e mecanismos de poder, amparados pelas tramas discursivas, que o Nordeste e o nordestino foram criados. O ato de criar, inventar não nasce da ingenuidade, mas sim de intencionalidades, objetivando o domínio, o controle de algo/alguém. As coisas não significam por si só, mas o significado é nelas instaurado pelas práticas (RESENDE, 1999, P. 64). Assim, pensar as práticas discursivas que emergem acerca dessa região e do sujeito masculino que nela habita torna-se objeto de importância para entendermos os processos de construção desta masculinidade e assim, das que circulam ao seu entorno, como por exemplo, os homens trans. Entendendo que, como aponta John Rajchman, o saber acerca do sujeito é uma das formas histórica através das quais a experiência subjetiva é construída. O sujeito não é uma invenção da filosofia, mas uma entidade historicamente constituída (RAJCHMAN, 1985, p.121).

Para compreendermos os complexos processos de subjetividade do homem nordestino, se faz necessário acompanhar as práticas discursivas e não discursivas que produzem esse sujeito. É preciso questionar a ideia de essência atribuída ao mesmo, evocando questionamentos acerca das facetas desta masculinidade apresentadas nesse espaço, bem como suas formas de expressão. Segundo Albuquerque Júnior (2013, p.18):

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século. Figura em que se cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Nesta região até as mulheres são macho, sim senhor! Na historiografia e sociologia regional, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações

públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos.

A elaboração da figura do nordestino concentra vários tipos de discursos, entre eles a literatura, o cinema, a música e etc, mas uma coisa parece ser comum a esses discursos, a masculinidade desse sujeito está associada diretamente a violência. Ser cabra macho requer valentia, coragem, assim nessa sociedade o “frouxo” não tem lugar, a partir de tais construções, como salienta Albuquerque Junior (1999) “não há lugar para homem fraco e covarde” (p.175). O autor analisando a literatura de cordel como um dos meios de propagação deste tipo de masculinidade no Nordeste nos diz que o mesmo vai sendo elaborado a partir da violência,

Nordeste onde a violência andava solta, onde os homens adquiriam status pelo seu destemor e não pelo seu dinheiro. Nordeste onde ser valente podia significar uma via de ascensão social. Nordeste onde a covardia era o maior defeito e a valentia a maior virtude, onde a macheza era testada todos os dias (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p.177).

Dessarte o mesmo focaliza que Nordeste e nordestino são elaborados juntos, entre o final dos anos 1910 e começo dos anos 1920. O Nordestino é uma figura que atualiza várias imagens e se diz através de vários enunciados que antes definiam o nortista, o sertanejo, o brejeiro, o praieiro, identidades com que, ate então, se definiam os moradores deste espaço (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.18). Ou seja, com o processo de urbanização e mudanças sociais ocorridas no cenário macro, com o advento da República, que trouxeram transformações no micro, levaram a elite do espaço que viria a ser o Nordeste, a elaborarem um conjunto de práticas discursivas, que tentassem homogeneizar a figura desse sujeito e desta região, como uma forma de se afirmarem no cenário nacional, principalmente no campo da política. Deste modo a figura do “cabra macho” que luta como Lampião, que enfrenta um batalhão, que trabalha de sol a sol, que de noite vai pro sermão, que reza para Padre Ciço e fala com Frei Damião, homem que prefere morrer a ser desonrado (Idem, Ibidem, p.18), é fabricado como contraponto ao novo que se mostrava, seria esse o elo que manteria a tradição patriarcal viva diante da “moleza” e desvirilização do homem moderno/urbano.

A masculinidade é apenas um elemento constitutivo da identidade regional nordestina, mas é fundamental na construção de uma figura homogênea e

característica que se chamará de nordestino. Por isso, as experiências e vidas de homens numa região onde “ser macho” é um imperativo podem ser um excelente ponto de partida para fazer a história dos homens, não mais como indivíduo ou partícipes de feitos coletivos, mas como gênero, não a história de homens como agentes do processo histórico, mas como produtos deste mesmo processo, a história dos homens se construindo como tal, a história da produção de subjetividades masculinas, em suas várias formas, a história da multiplicidade de ser homem (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, P.23).

Deste modo Albuquerque Júnior e Miskolci concordam que a exclusão de sujeitos considerados inferiores, desviantes, anormais, é recorrente no projeto de poder gestado pelas elites, tanto do Rio de Janeiro quanto de Pernambuco (DE FREITAS SILVA, 2015, p.19). Portanto o nordestino seria o resultado das relações de poder, um sujeito histórico necessário na compreensão dos conflitos regionais no Brasil do século XX. Pensar a historicidade do homem nordestino é um exemplo de caminho de como podemos desnaturalizar as figuras e os papéis, as performances de gênero, permitindo assim outras formas possíveis de ser homem e ser mulher no Nordeste, ultrapassando barreiras e estereótipos do macho e da mulher submissa.

Refletir sobre as várias faces da masculinidade nordestina nos possibilita perceber certa imposição, construídas historicamente, articulada aos discursos e simbologias, que invisibilizam e/ou desvalidam outras vozes do masculino. Dentro deste quadro de possibilidades como estariam inseridos os sujeitos de nossa pesquisa? Estariam eles incluídos? Apesar do “falo” não ser o único legitimador do que é ser homem, no caso dos homens trans, esse fato parece ser um dos mais acionados, juntamente com os ideais de comportamento construídos historicamente, baseados no homem cis. No entanto devemos olhar criticamente essas construções, buscando sair do ideal de um homem universalizado, coeso, padrão. Entendendo, por exemplo, as subjetividades dos homens trans na elaboração de sua identidade, ao passo que trazem outra bagagem de vivências. Aqui não se busca eleger vilões ou mocinhos, errado ou certo, mas entender as subjetivações e as diversas faces que compõem o masculino no alto sertão da Paraíba, mais precisamente de trans homens, atentando para a necessidade de entender que os processos de construção de gênero perpassam por processos complexos, que se emaranham entre si, fazendo-nos perceber que não existe uma naturalidade dos corpos, das identidades, mas uma série de mecanismos de dominação e controle que dita verdades absolutas.

3 “CORPO ESTRANHO”: HOMENS TRANS E TRANSMASCULINIDADES NO SERTÃO CAJAZEIRENSE

3.1 NASCER E MORRER DENTRO DA CAIXA: CONSTRUÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE UMA IDENTIDADE

*Lá no sertão, cabra macho não ajoelha
Nem faz parelha com quem é de traição
Puxa o facão, risca o chão, que sai centelha
Porque tem vez que só mesmo a lei do cão(...)
(Candeieiro Encantado – Lenine)⁹*

Pode-se dizer que, de certa forma, é evidente a falta de estudos sobre a masculinidade nas ciências sociais, assim como sobre a masculinidade do homem nordestino (HONÓRIO, 2012, p. 12). Deste modo se faz importante uma reflexão acerca dos modelos de masculinidades transmitidos historicamente a esses sujeitos, pensando se há um “novo” modo de expressão ou uma afirmação da mesma. O Nordeste, o nordestino e tudo aquilo ligado diretamente aos mesmos e a sua imagem não são naturais, fruto da força bruta como se criou e é constantemente reelaborado. Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior o tipo regional nordestino não existia até as primeiras décadas do século XX. Surgiu quase ao mesmo tempo em que o recorte regional Nordeste, ou seja, em torno da segunda metade da década de 1910 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.137). Deste modo lugar e habitante nascem quase que indistintamente, não necessariamente sabendo onde começa um e termina o outro. Pensar a masculinidade do homem nordestino é deparamo-nos com questões culturais e sociais muito além do “natural”.

As falas, discursos e imagens elaborados e reelaborados acerca desses sujeitos e deste espaço construíram uma representação robusta marcada por uma masculinidade viril espelhada em figuras diversas, como o brejeiro, o sertanejo, o praieiro dentre várias outras. No entanto, existem três figuras que se destacam no momento de parto dessa região e desse sujeito do Nordeste, seriam eles a figura do

⁹ Canção composta pelo cantor-compositor brasileiro Lenine.

coronel, figura de grande influencia politica e econômica, do beato, representando a grande influência religiosa e do cangaceiro, a figura do marginal, assombro do sertão, estes personagens dominaram e ainda dominam a realidade e imaginário quando falamos principalmente de alto sertão.

Estes discursos provocam questionamentos pertinentes, por exemplo, sobre ser homem hoje na região Nordeste, estaria distante do que foi pensado ao construir essa região e seus habitantes? Assim podemos investigar as permanências ou discontinuidades desse modelo central de masculinidade – heterossexual, reprodutivo, hegemônico –, ideal a ser conquistado. Dessa maneira podemos pensar a partir das falas dos nossos entrevistados como tais discursos se reproduzem, ou não, no dia a dia atualmente. Dentro dos discursos das elites regionais e da própria historiografia regional a figura do nordestino e do Nordeste, são elaborados a partir das condições de sua localização, tendo como traço distintivo a sua aridez, tanto em termos de espaço geográfico como dos próprios sujeitos habitantes deste lugar, como salienta Albuquerque Júnior (2013, p.165):

O Nordeste, que em sua definição como espaço regional autônomo no país, teve como um dos traços distintivos, exatamente, a sua natureza, que no discurso regionalista é homogeneizada a partir da imagem da seca e da aridez, teria um homem particular, teria um tipo étnico, um homem de uma índole ou caráter distinto, apresentando tradições culturais particulares, por ser marcado pela convivência com a natureza áspera, árida, bruta, difícil, exigindo deste uma constante batalha pela vida.

Masculino e masculinidade nascem amparados nestes signos e linguagens compondo o que viria a ser o homem nordestino, sertanejo. Vale ressaltar que segundo HONÓRIO (2012) fazendo uma revisão teórica dos estudos sobre a masculinidade no Nordeste, percebe-se a escassa produção sobre essa temática, especialmente da segunda metade do século XX em diante. O mesmo afirma que,

A produção existente fazia prevalecer às representações do machão, viril, valente, temido, corajoso e capaz de tudo, observadas nas pesquisas históricas de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2003) ao analisar o masculino no período de 1920 a 1940; de Rodrigo Ceballos (2003) ao estudar a invenção e a crise da identidade masculina no Recife no período que vai de 1910 a 19306 e nos estudos de Vivian Galdino de Andrade (2006; 2007; 2008) sobre o homem nordestino no cinema (HONÓRIO, 2012, p.15).

É necessário entender que masculinidade como construção social esta inserida em contextos específicos que levam em conta as sociedades e suas formações bem como temporalidades. A masculinidade idealizada a partir do guerreiro medieval, por exemplo, é o resultado de construções culturais provocadas por transformações sociais e históricas ocorridas na passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna no Ocidente, e a consolidação dos ideais burguesas. Segundo Oliveira (2004) para um nobre, o ideal masculino era baseado em comportamentos comprometidos com valores, tais como “lealdade, probidade, correção, coragem, bravura, sobriedade e perseverança” (OLIVEIRA, 2004, p. 23), ideais preservados pela sociedade burguesa que se consolidava. Para autores como (BADINTER, 1993; VALE DE ALMEIDA, 1995), a masculinidade se apresenta como um valor social, um ideal a ser conquistada, construída diariamente por meio de sacrifícios, deveres, provação. Deste modo podemos perceber assim a não naturalidade da mesma já que dentro deste quadro a masculinidade é um objetivo e um dever no qual o homem tem que provar constantemente sua virilidade, ou seja, a masculinidade ela não é dada, mas conquistada.

Segundo Miriam Grossi (2004) é possível observar que existem duas correntes teóricas importantes sobre os estudos de gênero para entender a masculinidade: a pós-estruturalista e a estruturalista. Na primeira corrente o gênero se constitui através da linguagem e do discurso, e assim o discurso se torna o permeador da questão do gênero e, portanto, mutável, múltiplo e o corpo biológico podendo ser modificado. Já o estruturalismo, a questão do gênero perpassam as relações de oposição, o gênero se constrói sobre o corpo biológico, a partir da dicotomia sexual macho ou fêmea. Porém cabe ressaltar que essa constatação não impede a existência de várias feminilidades e várias masculinidades dependendo do contexto social em que os indivíduos estão inseridos, a questão aqui é que o biológico ainda é tido como definidor de gênero. Assim sendo pensar as construções das masculinidades com recortes como classe, raça/etnia, idade, contexto social e expressão sexual nos possibilita entender que as masculinidades são diversas, construídas, ensinadas e que são passíveis de mudar.

Estudos realizados em várias regiões do Brasil corroboram com a ideia de que as construções de masculinidade e feminilidade se dão historicamente através da cultura e pertencem à ordem do social, ao universo simbólico (HONÓRIO, 2012, p.75). Falar de Nordeste é automaticamente remeter a um conjunto de linguagem e

simbologias historicamente construídas. Imagens mescladas entre características geográficas em relação à paisagem seca do sertão, como a caatinga, bem como os sujeitos que o habitam, deste modo o Nordeste foi sendo desenhado a partir destes marcadores sociais. Alimentado pela literatura, cinema, musicalidade o “Nordeste foi sendo desenhado como território da revolta, como território do homem insubmisso, brigão e orgulhoso, mesmo na miséria, parece ser um contra ponto imaginário para o lugar de submissão e impotência que a região ocupava cada vez mais no país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 179-180).

Portanto o ideal de masculinidade que predomina nessa região é o resultado de um projeto político e social, segundo Maura Penna (1992) as regiões brasileiras começaram a se formar ainda no século XIX. Estas questões acerca da elaboração do Nordeste e do nordestino foram consolidadas pelos discursos regionalistas, reelaborado nas décadas de 1920 e 1930, por meio de uma produção intelectual vinculada aos grupos dominantes (HONÓRIO, 2012, p.91).

Deste modo para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior nem as regiões nem a ideia de nação são forjadas apenas por recortes espaciais ou geográficos, mas sim produzidas historicamente transpassadas por relações de poder. Assim o Nordeste nem sempre existiu como região, mas foi construído e moldado a partir de histórias, práticas, costumes e discursos das elites. O Nordeste e seus habitantes são alvos, ontem e hoje, de filmes, telenovelas, literatura que retratam a região como o lugar do diferente, estranho, e o nordestino como o outro. Quando pensamos historicamente a construção da masculinidade nordestina podemos perceber que ela, como afirma Honório, privilegiava o sertanejo, um homem forte e resistente em um embate com a natureza, o homem do sertão (Idem, Ibidem, p. 95). Esse discurso é alimentado até hoje através das mídias, filmes, músicas, telenovela. Imagens imprescindíveis para identidades criadas posteriormente. Estas narrativas memorialistas são tecidas a partir de relações de alteridade e assim como aponta Abrantes (2009) são narrativas marcadas por signos fálicos, que tecem um lugar de prevalência para valores tidos culturalmente como próprios do masculino e que convergem para a representação do “típico” homem sertanejo (ABRANTES, 2009, p.2).

É sabido que foi construída uma masculinidade hegemônica com vistas a responder e legitimar uma sociedade específica, com regras e condutas

extremamente rígidas. Dentro deste sistema,¹⁰ corpos, identidades e sexualidades consideradas desviantes são relegados à marginalidade, impedidas de viverem plenamente suas experiências. As caixas sociais criadoras e reguladoras de indivíduos promove certo limite de expressões e possibilidades devido os poderosos dispositivos binários de gênero que vigia permanentemente corpos, sexos e desejos, dificultando as vivenciam e expressões identitárias que não se enquadram nesta lógica. Essas estruturas que buscam uma universalização a partir de um olhar macro, muita das vezes não permite a essas masculinidades percepções singulares e subjetivas deixado de lado as diversas maneiras de a mesma ser sentida e percebida. A masculinidade hegemônica é construída e pensada pelos homens e para os homens, obviamente, pensada por um grupo específico como forma de controle sobre as demais.

Nunca se perguntou tanto e com frequência o que é ser homem e o que é ser mulher ao longo da história como se tem feito na contemporaneidade. O sociólogo Anthony Giddens convida-nos a refletir sobre tais questões em seu capítulo sobre “gênero e sexualidade” provocando uma reflexão do indivíduo e sua condição na sociedade contemporânea, o mesmo salienta,

O que é ser um homem? O que é ser uma mulher? Talvez você pense que ser um homem ou uma mulher esteja fundamentalmente associado com o sexo do corpo físico com que nascemos. Mas como muitas questões de interesse dos sociólogos, a natureza da masculinidade e da feminilidade não é facilmente classificável (GIDDENS, 2005, p. 99).

Porém é justamente em cima desse “facilmente classificável” que se construiu o sistema binário heteronormativo o qual estamos inseridos desde mesmo antes de nascermos. Quando se diz “menino/menina”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital” (Bento, 2011, p.551). Para Bento (2011) é através das performances de gêneros inteligíveis, que o corpo destinado à mulher tem vagina e possui feminilidade e o corpo do homem tem pênis e possui masculinidade, que a sociedade controla as sexualidades e identidades desviantes. Deste modo é importante ressaltar a problemática em torno de tal construção histórica tendo em vista que a mesma é feita

¹⁰ Remete ao sistema social dominado e dominante por pessoas cisgêneras.

amparada pelo androcentrismo, onde tudo gira em volta do homem cis¹¹, branco, heterossexual e de classe media. Essa masculinidade tida como hegemônica é fruto de um modelo de sociedade burguês capitalista, assim aquilo que foge a estes modos operandi tonam-se subordinados a masculinidade hegemônica, mas vale lembrar que existem diversos dispositivos para que as masculinidades “desviantes” de certo modo convivam com a mesma.

Assim sendo homens gays, negros, trans, afeminados são considerados menos homens e tem suas masculinidades constantemente questionadas e postas a prova. Se já é difícil falar sobre masculinidades, no plural, mesmo com todo avanço no campo de estudos de gênero, mais difícil ainda é falar sobre transmasculinidades e construção identitária de homens trans, tendo o agravamento do recorte regional. Os discursões acerca de transhomens¹² e transmasculinidades no Brasil ainda são pouco discutidas já que muitas vezes esses sujeitos são colocados num não-lugar. Para Nery e Maranhão Filho (2017) a dificuldade de se falar sobre transhomens e transmasculinidades¹³ está no fato de,

Por um lado, ao reivindicarem e ressignificarem masculinidades, os transhomens são entendidos como aspirantes a privilégios machistas. Por outro, essas masculinidades não são reconhecidas e sofrem diretamente a opressão machista: seus corpos são lidos como estupráveis e seguem marcados pela tutela e controle que caracterizam a relação da sociedade com os corpos das mulheres. Isso impacta diretamente tanto a construção da identidade de gênero e modificações corporais quanto à vivência da sexualidade, ao desejo e à vida social (NERY; MARANHÃO FILHO, 2017, p. 281).

Os corpos e expressões identitárias destes sujeitos tornam-se alvos de observação e controle pelas instituições que compõe a sociedade. O artista paraibano Julian Santos trás em suas composições o cotidiano e as lutas enfrentadas diariamente por homens trans, em uma de suas músicas intitulada “Sua mente sem preparo” o mesmo trata de algo comum aos nossos entrevistados, às pressões e imposições para seguir as normas de gênero,

Se sou menino ou menina já não me têm Perguntado, mas é só descobrir o meu passado que de repente todo mundo fica enganado dizem que eu sou

¹¹ Cisgênero é o indivíduo que se identifica com o sexo ao qual foi designado no nascimento dentro da logística binaria de gênero.

¹² Indivíduos que foram identificados como meninas no nascimento, mas se identificam com o gênero masculino.

¹³ Identidades masculinas produzidas por transhomens.

respeitado mas no banheiro, no mictório tá escrito: "saia daqui mijado!" E eu que tenho que ser adaptado? (Julian Santos¹⁴)

Segundo Judith Butler (2003) “os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, eles também podem se tornar completa e radicalmente incríveis”. (BUTLER, 2003, p. 201). Assim sendo não existe uma verdade nos gêneros, um mais verdadeiro que o outro, mas possibilidades de outra forma de ser e existir. Durante muito tempo no curso da história havia apenas dois gêneros: masculino e feminino, constantemente atualizados para reforçar determinados projetos políticos e sociais. Homens eram, tipicamente, sujeitos grandes e peludos que não necessitavam de abaixar o assento do vaso sanitário. Mulheres eram as pessoas menores e menos peludas, que necessitavam abaixar o assento do vaso sanitário. Os membros desses dois grupos só tinham olhos uns para os outros, sempre numa relação de oposição e negação. Era fácil distinguir quem era quem. Hoje em dia deixou de ser tão fácil. Homens usam rabo de cavalo e brincos e frequentam cursos de como cuidar de bebês; mulheres exibem tatuagens e bíceps fortes e fumam charutos. Onde quer que a gente olhe – na TV, no cinema, em revistas, em livros de autoajuda – vemos não dois gêneros, mas algo mais próximo de um cruzamento entre eles, um ponto qualquer dentro de um —continuum (THURER, 2005, p. 1).

Dessarte as construções do masculino, assim como do feminino, foram ao longo da história separados e colocados em caixas reguladoras, caixas essas com estruturas sólidas e bem delimitadas. No entanto tais estruturas se mostram frágeis diante das demandas apresentadas na contemporaneidade, segundo Lanz (2014) as identidades transgêneras promoveram uma desordem neste sistema cisgênero,

Dar nome e definir a identidade de gente como eu implica em mexer – e mexer profundamente – no imenso castelo social que está erguido sobre o dispositivo binário de gênero e que dele depende para continuar de pé. Por colocar em risco esse mesmo dispositivo, ameaçando a estabilidade de toda a imensa estrutura da sociedade em que vivemos, gente igual a mim tem sido considerada infratora da ordem social e tratada como “doente mental”, perversa ou depravada (LANZ, 2014, p. 12).

Dar nome, mostrar, ocupar, falar sobre é trazer a vista demandas específicas de grupos que por muito tempo foram esquecidas intencionalmente, tiveram suas

¹⁴ Músico trans ativista e diretor de arte e mídia paraibano.

histórias silenciadas. Segundo Avila e Grossi (2014) a presença de homens trans no movimento transexual até 2010 no Brasil era praticamente inexistente ou com pouca visibilidade (AVILA; GROSSI, 2014, p.1). Esta falta de visibilidade não significa necessariamente a não existência de transhomens antes de do ano referido, existe uma série de fatores que corroboraram para a tardia presença destes sujeitos como vozes ativas no movimento LGBTQIA+ no Brasil. Fatores estes que vão desde o interno, onde alguns preferem utilizar-se da passabilidade¹⁵ como forma de não sofrer as transfobias cotidianas, como também a falta de se pensar masculinidades distintas a fim de promover uma maior diversidade da mesma. Ainda para Avila e Grossi (2014) o ano de 2010 parece ser um momento de maior estruturação por parte deste grupo. As primeiras movimentações acerca das questões de homens trans no país se concentraram em volta do Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT), coordenado por Andreas Boschetti, em São Paulo em 2011. Inicialmente voltado para as demandas dos transhomens a respeito do acesso às transformações corporais nos serviços públicos de saúde, estabelecendo diálogo com o ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais do Centro de Referência e Treinamento de São Paulo (CRT-SP) (AVILA, GROSSI, 2014, p.2). É através das ações promovidas pelo NAHT que no início de 2012 é criada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) oficializada em 30 de junho do mesmo ano a qual promoveu uma maior participação dos mesmos no movimento LGBTQIA+.

Saber como esse grupo se estruturou e se estrutura é importante ao passo que podemos entender a própria construção dessas identidades em espaços diversos, como é o caso de Cajazeiras, no alto sertão paraibano. Questionando os limites fixados por essas caixas dirigentes que muitas vezes cria e mata identidades, atentando para a necessidade de se afirmar, aqui em relação aos homens trans, para existir na sociedade. E a partir disso investigar como as normas cisgênera se rearticula diante das demandas transexuais a fim de manter seus termos de controle e referência. O sujeito-trans resiste no/pelo corpo, materialidade significativa, que permite desnaturalizar a correspondência entre sexo/gênero. Tal (não) correspondência é cerne das discussões nos estudos de gênero, como observa Paul B. Preciado (CAVALCANTE, 2018, p.5). Segundo Preciado (2014, p.26):

¹⁵ Passabilidade é um termo usado na comunidade transgênera que implica que ninguém percebe que esse indivíduo é trans, e pense que ele é na verdade cis.

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção – reprodução sexual, na qual outros códigos se naturalizam, outros ficam epiléticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetições e de recitações dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais.

Assim, uma vez que o corpo é atravessado de linguagem e produzem sentidos, este faz parte, também, dos universos não logicamente estabilizados, seus sentidos são múltiplos e heterogêneos. Desnaturalizar o funcionamento da ideologia na linguagem, e, por conseguinte, nos corpos, nos gêneros, é também, equivococar a cisnormatividade, através das corporeidades trans, que deslocam sentidos, desestabilizam já-ditos sobre o masculino e o feminino, e, assim, possibilitam outras maneiras de subjetivação (CAVALCANTE, 2018, p.13).

3.2 ANDANDO NA CORDA BAMBA: SER HOMEM TRANS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

As movimentações em torno das questões LGBTQIA+, a princípio focadas na questão da homossexualidade e o grande número de casos de AIDS, na cidade de Cajazeiras se deu através do MEL (Movimento do Espírito Lilás), criado em março de 1992 na cidade de João Pessoa. Logo a experiência de uma “militância” homossexual e uma possível visibilidade das demandas desta população no sertão seria resultado do contato com esta organização. Segundo Araújo (2017, p.38),

A partir desse trabalho, pensaram uma “interiorização” do movimento para o restante do estado. Foi aí que começaram as primeiras articulações e formações em Cajazeiras a questões voltadas à sexualidade em caráter político. Mas esse resultado não se deu apenas planejado por esse grupo, pois, nesse período, alguns poucos cajazeirenses já procuravam travar contatos políticos quanto à homossexualidade, chegando até eles através da participação em atividades que os mesmos promoviam na capital do estado.

Assim sendo, o MEL se tornou uma espécie de fomentador das articulações dessa população no espaço do alto sertão, tendo em vista que já existia, mesmo que de forma individual, movimentação para se pensar politicamente as demandas desse

grupo. Deste modo concordamos com Araújo (2017) quando o mesmo nos diz: não pensamos aqui o MEL como o responsável pela interiorização do movimento no estado da Paraíba, mas como um potencializador e fomentador das pautas LGBT em Cajazeiras-PB. Aliás, a multiplicação dos conhecimentos produzidos por quaisquer lutas é um dever da práxis política (Idem, ibidem, p.38). A partir deste contato formou-se na cidade, buscando uma autonomia, já que não podemos esquecer as dinâmicas estabelecidas historicamente entre sertão e capital, o MELICA (Movimento do Espírito Lilás de Cajazeiras), no final da década de 1990 que posteriormente viria a ser o ORGULHO (Organização pela União e Luta dos Homossexuais). No entanto diante destes avanços com vistas de uma estruturação dessa população no sertão cajazeirense a sigla T por muito tempo permaneceu invisível, principalmente no que se refere aos homens trans.

Temos na cidade uma forte figura de representatividade chamada Joyce Montinelly, mulher trans/travesti que segue na luta pelos direitos, principalmente de pessoas trans na cidade. Porém quando falamos em homens trans não podemos identificar um movimento de fato, mas experiências individuais muitas vezes as quais preferem não serem identificados como trans, buscando camuflar-se através da passabilidade. Para Ávila e Grossi (2010) são praticamente inexistentes no Brasil, estudos sobre transmasculinidade e que os transexuais masculinos, parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas, tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (1996, 1997, 1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurizio Janelli (1995), e transexualidade feminina, como o estudo de Berenice Bento (2006) em comparação com a quase inexistência de similares sobre transexualidade masculina (ÁVILA, GROSSI, 2010, p. 1). Falar de transhomens ainda é algo “novo” se comparado às produções, inclusive acadêmicas, sobre as mulheres trans/travestis por exemplo.

A partir do entendimento de Stuart Hall (2000) sobre identidade ¹⁶ nos permite entender que as entidades não são fixas nem estáveis e, portanto, gestadas por definições sociais atravessadas por relações de poder. Estudos como os de Simone

¹⁶ O ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais de pode falar (HALL, 2000, p. 111-112).

Nunes Ávila (2014), Ana Carolina Silva Cordeiro (2016) e André Lucas Guerreiro Oliveira (2015) trazem contribuições significativas a respeito da jovem articulação dos homens trans no Brasil, divididos entre a busca por despatologização e o reconhecimento entre si e dentro da própria comunidade LGBTQIA+. Ao analisarmos as narrativas dos nossos entrevistados compartilhamos do ponto de vista de Cordeiro (2015) quando a mesma afirma que,

Apesar de a pesquisa buscar experiências de homens em processo de transição do gênero, não há uma ilusão de que a vivência é una. Buscou-se traços gerais dessas experiências, pois são levadas em consideração as diferenças que outros marcadores sociais produzem na experiência e construção do indivíduo. A pesquisa buscou ser realizada a partir da interseccionalidade (BRAH, 1996; FACCHINI, 2009; STOLCKE, 2006). São levados em conta na análise, principalmente, os seguintes marcadores sociais de diferença: identidade de gênero, classe social, raça/cor e sexualidade. Alguns interlocutores, por exemplo, são oriundos de classes populares, isso faz com que tenham oportunidades diferentes das de indivíduos de classe média, assim como pode influenciar no desenvolvimento de masculinidades distintas (CORDEIRO, 2016, p.18).

Segundo Oliveira (2015) a articulação política dos homens trans no Brasil só ocorre de fato em 2012, quando foi criada a Associação Brasileira de Homens Trans – ABHT. A partir dessa mobilização foi possível pensar as demandas desses sujeitos nos seus processos identitários. A partir da associação foi então possível pensar as reivindicações para a população transmasculina brasileira. No entanto é importante marcar o contexto que emergem essas reivindicações de acesso, por exemplo, a saúde. O processo transexualizador no sistema único de saúde (SUS) foi implantado em 2008 pelo ministério da saúde a partir da Portaria nº 1.707. Contudo os homens trans ficaram de fora, nela apenas as mulheres trans foram incluídas, reflexo de uma articulação que já sido formada há um tempo, os homens trans só foram incluídos no processo transexualizador em 2013. Essas conquistas colocaram em cena confrontos entre as normas sociais, ponto em xeque a ordem social da heteronormatividade. Segundo Ávila (2014, p.24),

A transexualidade faz parte da literatura psiquiátrica desde o século XIX, seguindo a mesma lógica da psiquiatrização da homossexualidade como uma patologia (PELEGRIN e BARD, 1999). No século XX a transexualidade foi incluída em 1980 na terceira versão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM III) da American Psychiatry Association (APA) como “Distúrbios de Identidade de Gênero” e em 1987 como “Disforia de Gênero” na versão revisada do DSM III (DSM IIIR), uma doença mental, psíquica.

Deste modo a transexualidade nasce a partir da patologização, são os discursos médicos e “psi” que a colocaram por muito tempo como doença mental, gerando sofrimentos e dificuldades na vida das pessoas trans. No entanto chamamos a atenção para a assertiva de Ávila (2014) quando a mesma afirma que,

É importante destacar que para além da transexualidade, o DSM “inventa” algumas desordens psiquiátricas para inúmeras emoções e sentimentos, como a timidez, por exemplo, que é considerada pelo DSM como uma “fobia social” (CECCARELLI, 2010). Concordo com Paulo Roberto Ceccarelli (2010, p. 747) quando ele afirma que o DSM é uma fonte geradora de controle de comportamentos, que se constitui em uma nova ordem repressora (ÁVILA, 2014, p.25).

Assim sendo, diante das contribuições tanto das ciências sociais quanto da antropologia e da sociologia acredito que o campo da história tem muito a contribuir ao se debruçar sobre essa temática, possibilitando desconstruções e reflexões acerca desses sujeitos e de suas identidades. Vale ressaltar que apesar da transexualidade deixar de ser uma patologia em 2018, a partir do CID 11 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - pela Organização Mundial da Saúde (OMS), assim como foi à homossexualidade em 1973, não é um impedimento para novos enquadramentos. Portanto como afirma Ávila “o fato da homossexualidade não ser considerada mais uma doença mental não a exime de novas formas moralizantes de controle” (Idem, ibidem, p.26), o que também serve para a questão da transexualidade. Deste modo percebemos a importância do debate para além do saber médico.

Os entrevistados desta pesquisa formam um grupo de quatro homens trans, o Léo¹⁷ de 23 anos, branco e morador de bairro periférico, Gabriel de 18 anos, negro e também morador de bairro periférico, Jorge de 24 anos, pardo e morador de bairro central e Lucas de 35 anos, branco e morador de bairro considerado de “rico”. Dos nossos quatro entrevistados dois deles moram com os pais, um deles com sua companheira e o outro mora sozinho. Em questões de trabalho apenas dois deles trabalham, Jorge que trabalha com delivery e Lucas que trabalha com uma cantora local. Estes sujeitos vivenciam processos distintos de construção e reconhecimento identitário, mas que em algum momento cruzam-se entre si. Traçar o perfil de nossos entrevistados é importante ao passo que questões de classe, etnia e sexualidade

¹⁷ Os nomes dos nossos entrevistados foram alterados para preservar suas identidades e evitar possíveis constrangimentos ou danos.

interferem diretamente nos acessos que esses corpos e identidades podem ou não ter, no caso do processo transexualizador, por exemplo, pois uma vivência com todos os aparatos que o financeiro pode dar sem dúvida é diferente de quem depende do SUS, tanto pela demanda quanto pela rapidez.

A questão do desejo das modificações corporais sejam elas no âmbito hormonal ou cirurgia marcam as falas dos nossos entrevistados. Muitos homens trans optam pela hormonização e também, para aqueles que têm certo poder aquisitivo, a mastectomia masculinizadora¹⁸, os que não o tem depreendem do SUS¹⁹, que disponibiliza um sistema ambulatorial em algumas metrópoles. Dos nossos entrevistados o Gabriel e o Jorge já estão em hormonização, o primeiro há quase um ano e o segundo a um ano, já o Léo está no processo para iniciar e o Lucas ainda não decidiu se vai utilizar os hormônios. Este ainda é um acesso limitado para os homens trans, principalmente aqueles que moram em cidades pequenas. Apesar de não ter um ambulatório que de assistência as pessoas trans na cidade de Cajazeiras é possível ter acesso, mesmo que precário, acionando uma rede ao qual o SUS disponibiliza. Para fazer o processo de transição é necessário ter o acompanhamento do endocrinologista, do psicólogo e psiquiatra e da assistência social, são esses sabres que permitem, por exemplo, as cirurgias e o direito aos hormônios. Léo nos trás em sua fala o cenário dessas questões aqui na cidade, segundo ele,

A sorte é que realmente tá tendo tanto no SUS né, você é o fruto disso, pelos SUS, mas também tá tendo particular que eu fiquei sabendo, é um pouquinho caro porque tipo, o valor dos exames eles alteram de um pra outro né. E é uma coisa que a partir desse mês eu vou começar a fazer se Deus quiser. Eu vou sim fazer porque a hora já chegou não adianta fazer por conta própria como eu já mencionei no início, porque causam doenças extremamente colaterais, eu tive infecção no sangue que piorou depois de uma picada de aranha, então tipo, você corre riscos maiores. Eu acho que tipo, o meu cansaço físico foi derivado desse uso sem cuidados do hormônio né, eu acho que o problema também que tive depois de voltar a menstruar foi por conta disso entendeu. Então o que eu falo pra você e deixo bem claro pra todos os homens trans, faça realmente terapia hormonal, não pare. Sempre busque um jeito de continuar, sempre fazendo aqueles exames mensais ou trimestrais ou anuais e assim vai. E aqui a gente tem né, você vai ao postinho de saúde e tal, vai à Policlínica né isso, e faz todos os processos, paga uma taxazinha do que é o testosterona né, só o que é particular, mas mesmo assim é uma vantagem bastante ainda pra cidade, pra uma cidade que só tem um acesso a um ambulatório TT na capital.

¹⁸ Cirurgia para a retirada das mamas objetivando deixar a região do peito mais masculinizada.

¹⁹ As cirurgias de mastectomia masculinizadora pelo SUS tem uma lista de espera de 8 a 10 anos, dependendo da demanda.

A fala de Léo nos remete há uma situação comum a muitos rapazes trans que não conseguem ter um acompanhamento, seja por não ter condições financeiras para ir num endocrinologista particular, seja porque no SUS de suas cidades ainda não tenham tomado conhecimento dos mesmos. Quando o Léo menciona o fato de que sou fruto dessa conquista, desse acesso, foi porque fui o primeiro homem trans da cidade a buscar tal acesso pelo SUS. Em contato com outros “amigos” em diversas regiões do Brasil, por meio das redes sociais, fiquei sabendo da possibilidade de ter acesso a hormonização através do endocrinologista e de um clínico geral. Ao saber dessa possibilidade acionei o posto de saúde do bairro e a partir dele os acessos foram se abrindo. Minha necessidade de buscar um acompanhamento foi justamente para não fazer o que Léo menciona em relação a tomar hormônios por conta própria, o que é um grande risco a nossa saúde, mas também uma realidade dos homens trans, principalmente em cidades pequenas. No entanto vale ressaltar que tanto processos cirúrgicos quanto de hormonização não são uma regra para pessoas trans, não é obrigatório, é uma escolha e muitas pessoas trans, principalmente não - binárias optam por não fazer qualquer intervenção corporal.

Em suas narrativas podemos perceber algumas das dificuldades e entendimentos do que é ser homem e trans neste espaço, bem como suas trajetórias para viverem sua identidade diante de uma estrutura social agarrada as tradições religiosas e de gênero. Nas falas dos colaboradores podemos perceber a questão do preconceito como fator que dificulta tanto no campo familiar quanto nas socializações sociais da cidade como nos fala Léo sobre o que é ser o homem cajazeirense,

É aquele cara que enfrenta todos os dias os desafios diários, que busca entender que ser homem não precisa ter um genital masculino e sim acima de tudo atribuir um caráter de vivência e ser guerreiro diante de muitas lutas, para mim ser homem é ser assim.

Para Bento (2012) há uma disputa sobre quem pode ser reconhecido como homem e mulher de verdade. Concordamos com a autora quando a mesma afirma que diante dessas disputas a transexualidade quebra a busca por uma coerência entre sexo/gênero. Já que a cisnormatividade se utiliza das performances de gênero como forma de controlar as possíveis sexualidades desviantes, sendo a heterossexualidade a justificativa da necessidade de alimentar/produzir cotidianamente a binariedade. Ainda para Bento (2012) há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo

reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação (BENTO, 2012, p. 2657). Assim sendo, mesmo que estes sujeitos atinjam certa passabilidade, utilizem dela como forma de passar socialmente e até mesmo evitar os transtornos vivenciados por aqueles que estão à margem, tal ação mostra-se uma armadilha ao passo que se “descobertos” voltam à margem, já que a estrutura sexo/gênero permanece ditando e controlando as identidades, corpos e desejos.

Buscar eleger modelos universais e inatingíveis provoca uma série de desdobramentos como, por exemplo, sentimento de culpa, frustrações, angustia, mas também podem possibilitar transformações significativas nas normas de gênero, demonstrando o caráter frágil das mesmas. Para Lucas o sentido de ser homem cajazeirense dentro da construção de sua identidade é,

Ser homem na cidade de Cajazeiras não é fácil, não é nada fácil. Porque a gente assim, de certa forma é coberto, é surpreendido por pessoas preconceituosas né, que só vê assim é, não aceita né a nossa versão, a nossa identidade verdadeira né, diz assim: não isso vai passar, isso é uma moda, isso, você tá doente. O povo tem que saber que não é doença, porque você no caso, você nasceu como uma mulher, mas agora você tá dizendo que é um homem, eu falei rapaz, até brinco falando, eu nasci com um corpo de mulher, mas com alma de homem, eu nasci num corpo errado né, e para mim trabalhar isso com, tanto com as pessoas da cidade quanto com minha própria família não é nada fácil. É uma coisa muito difícil de ser trabalhada e a gente tá batalhando pra que um dia as pessoas aceitem a gente do jeito que a gente é.

Na fala do Lucas podemos perceber as marcas das normas de gênero quando o mesmo fala “eu nasci num corpo errado”. Essa narrativa nos provoca a pensar quem elege os corpos certos e errados? Quem monitora estes corpos se não a cisgêneridade? É sabido que a transexualidade foi e ainda é monitorada pelos saberes médicos e “psi”, ou seja, a psicologia e a psiquiatria, que por muito tempo, e ainda o fazem, colocaram como um desvio da norma, um problema mental. Assim estes corpos e identidades nascem sob a perspectiva do errado, e isso é colocado ao ponto de que muitas pessoas trans usam o discurso do corpo errado, embora movimentos atuais da comunidade T tenha desconstruído tal discurso justamente apontando para o caráter histórico dessas construções.

Estas amarras mostram-se de diversas formas como, por exemplo, nos conta Gabriel, sobre as pressões por ser um homem trans e dançarino,

Cara eu danço de tudo, de tudo um pouco. Estilete, que é aquele estilo mais voltado à sensualidade, que é um negócio que você tem que botar salto, não necessariamente, você não é obrigado a usar salto, mas pra mim, um dia eu quero sim chegar a usar um salto na minha vida dançando estilete. E por fazer isso as pessoas tem aquela pressão, ah que homem, macho não faz isso, num dança de salto que não sei o que, não dança funk rebolando a bunda, não faz isso e aquilo. Sendo que é uma dança cara, é o que hoje em dia eu vivo, eu vivo pra isso, uma coisa que me faz bem, mas já fui muito criticado por minha dança de verdade.

Viver no Nordeste e mais precisamente no alto sertão é travar lutas constantes entre ser o que se é e o que se espera que seja, principalmente quando se fala em masculinidade. Como nos diz Albuquerque Júnior (2013), ao falar das construções históricas do masculino neste espaço, “o nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino.” (Idem, Ibidem, p.18). Ser um homem trans na sociedade a qual estamos inseridos não significa que os mesmos não sofram influencias da masculinidade hegemônica, alguns deles até se utilizam a mesma para fazerem o movimento de tentativa de sair da margem e chegar ao centro. Perguntados sobre suas referencias de masculinidade não foi surpresa que o contato inicial tenha se dado justamente em cima da mesma. Para Bento (2012) Os estudos das masculinidades não avançaram na problematização da concepção binária dos gêneros, o que provoca uma falta de conquistas de políticas públicas, por exemplo, para homens trans. A não visibilidade, o não estar inserido dificulta a conquista de direitos, não foi estando dentro do “armário” que o que hoje conhecemos como movimento LGBTQIA+ conseguiu e ainda luta, por espaço e lugar de fala, segundo Bento,

A política pública pensada para os homens tem como fundamento teórico uma concepção de gênero binária, onde apenas corpos de homens cromossomaticamente XY são os legítimos porta vozes da masculinidade. Dentro de uma perspectiva da biopolítica que orienta a construção dessas políticas, assentadas em identidades biologizadas, onde estariam os homens trans que embaralham e borram a todo o momento as fronteiras identitárias?(BENTO, 2012, p.5).

A partir de dados da ANTRA²⁰ – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o SUS introduziu, em 2006, por meio da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, o uso do nome social, pelos quais travestis e transexuais se identificarem e escolhessem ser chamados (as) socialmente. O Processo transsexualizador abriu

²⁰ Site oficial <https://antrabrasil.org/>

possibilidades de acesso ao campo da saúde para pessoas transgêneras passando a permitir o acesso a procedimentos com hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, assim como acompanhamento multiprofissional. A criação do processo transsexualizador do SUS foi um importante avanço na ampliação de direitos para esse grupo, é também uma grande conquista dos movimentos sociais. No entanto cabe ressaltar que ainda são poucos serviços e há questões que limitam o acesso a maior parte de nossa população, como por exemplo, o despreparo de profissionais ao lidar com este público. Segundo a ANTRA o cuidado com a população trans é estruturado por dois componentes: a Atenção Básica e a Atenção Especializada. A Básica refere-se à rede responsável pelo primeiro contato com o sistema de saúde, pelas avaliações médicas e encaminhamentos para tratamentos e áreas médicas mais específicas e individualizadas. A Especializada é dividida em duas modalidades: a ambulatorial (acompanhamento psicoterápico e hormonização) e a hospitalar (realização de cirurgias de modificação corporal e acompanhamento pré e pós-operatório). Até o momento, de acordo com o Ministério da Saúde, os únicos hospitais que podem realizar cirurgias de transgenitalização no Brasil pelo SUS são o Hospital das Clínicas de Porto Alegre, o HC da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, o HC da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, o HC da Universidade de São Paulo e o Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro. Diante dos avanços e conquistas obtidos pela comunidade trans é importante percebermos os processos que atravessam tais experiências, como afirma Silva e Duque (2013),

Essas possibilidades de transformação do corpo e incorporação de estilos não estão simplesmente disponíveis como peças para o consumo. Elas são aprendidas. Nesse processo são categorizadas, hierarquizadas, justamente porque nelas estão implicados valores que se confrontam ou se adequam a discursos hegemônicos sobre corpo, (homo)sexualidade, raça e classe (SILVA; DUQUE, 2013, p.18).

Dialogando com a fala de Silva e Duque, acerca das possibilidades de transformações do corpo, por exemplo, Louro (2001) nos chama a atenção de que apesar de existir uma maior visibilidade das chamadas “minorias” sexuais, esta tem efeitos contraditórios, e aqui podemos materializar tal contradição a partir de dados sobre mortes de pessoas trans, segundo os dados de assassinatos de pessoas trans disponibilizados pela ANTRA, 2020 marcou um número recorde de assassinatos

contra travestis e mulheres trans. Um total de 175 casos foi mapeado contra 44 nos Estados Unidos. Já em 2021, nos quatro primeiros meses, enquanto nos EUA foram 19 pessoas trans assassinadas, no Brasil chegamos a triste marca de 56 assassinatos – sendo 54 mulheres trans/Travestis e dois homens trans/Transmasculinos, fazendo com que o Brasil permaneça como o país que mais mata pessoas trans no mundo. São inúmeros os casos que apresentaram requintes de crueldade e uso excessivo de força, e espancamentos - indicativos de se tratarem de crimes de ódio. Tendo sido encontrados ainda cinco casos de suicídio, dezessete tentativas de assassinatos e dezoito violações de direitos humanos contra pessoas trans, no mesmo período²¹. Deste modo, como aponta Louro, a contradição na visibilidade, por exemplo, da comunidade trans se dá,

Por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física (LOURO, 2001, p. 542).

Sobre essa questão, não podemos deixar de citar as contribuições de Siqueira (2009), Kulick (2008) e Pelúcio (2009), que enfatizam os processos de estigmatização e de discriminação vivida, principalmente pelas travestis, em seus cotidianos em nossa sociedade contemporânea. Segundo Jaqueline de Jesus,

A cidadania trans e a identidade de gênero da população transgênero são vilipendiadas pelo Estado, por instituições, grupos e pessoas. Formadores de opinião, em todos os meios de comunicação, preservam o juízo de que os gêneros e suas expressões são desígnios puramente biológicos, traduzidos em termos de cromossomos, pênis e vaginas. O direito a adequação de seus registros civis é impedido, na ausência de Leis que reconheçam as demandas ou mesmo na presença de operadores do Direito contrários à livre expressão de gênero. O seu direito à vida é ferido cotidianamente, no país em que mais se matam pessoas trans no mundo (JESUS, 2014: p.11).

Deste modo reafirmamos a importância de debater e refletir tais questões no campo da história tendo em vista que existem poucos trabalhos pensando as historicidades e as constituições históricas das subjetividades travestis, transexuais e transgêneros.

²¹ Dados disponíveis em <https://antrabrazil.org/assassinatos/>

Para Jorge, um dos nossos entrevistados, a ideia do que seja homem é algo abrangente e ao mesmo tempo raso, devido às imposições que os padrões colocam. Para o mesmo ser homem é uma escolha, nem todo mundo nasce homem,

Então eu acho que ser homem é uma escolha, diferente do pensamento de Simone de Beauvoir que mulher não nasce ela torna-se. Eu acho que ela assim, a visão dela foi abranger uma mulher certo, porém eu creio que pra masculinidade, enquanto pessoa ela é desenvolvida também, eu acho que pra ser homem, nem todo mundo nasce homem. Pode nascer com o genital masculino, você pode nascer no sexo masculino, mas homem também é tornar-se.

As falas dos nossos entrevistados nos trás para o campo complexo das subjetividades e das relações sociais, do entender-se e entender o outro, do se ver a partir de si, mas também do outro. O homem nordestino, sertanejo, cajazeirense não é uma figura homogênea e coesa, ao passo que o mesmo e as construções de suas masculinidades passam por processos de reconhecimento e não reconhecimento. O próprio entendimento do que é ser homem é vista e entendida de forma diferente para os nossos entrevistados. Ainda para Jorge ser homem e cajazeirense é estar constantemente numa divisão do que é e do que deveria ser,

É uma metamorfose né, é uma constância. Porque enfim, ser homem trans na cidade de Cajazeiras é ser, é ter coragem porque você escuta diariamente pessoas falarem absurdos que nem da mais pra debater sabe, assim eu só apago e passo. Como também você escuta pensamentos e opiniões muito positivas, eu costumo dizer que opinião que vale é aquela que você é que constrói alguma coisa, que soma que edifica a que não edifica nem sempre ela tem validade não. E ser homem trans cajazeirense é ser homem nordestino, “cabra macho” você tem que peitar assim deixar desaforo aonde ele tá, não pode levar pra casa não, mas fulano disse isso, não, fulano se foda, entendeu. Claro o respeito cabe em todos esses âmbitos se você exige respeito, se você prega o respeito você tem que dá o respeito, não é porque você é homem trans que você precisa impor as pessoas que lhe vejam e lhe tratem como homem. Pra você ser um homem trans aqui no interior do Nordeste você precisa de coragem, de respeito e acima de tudo o autor respeito, se você não tem respeito com seu corpo, com você mesmo você não tem respeito pra dar nem pra pedir a ninguém.

Assim sendo, ser um homem trans na cidade de Cajazeiras é um eterno andar na corda bamba, uma busca constante por reconhecimento e legitimidade. É buscar construir uma identidade masculina em meio aos discursos culturais e regionais os quais muitas vezes entram em choques violentos, choques que levam a invisibilidades. A fala de Jorge quando o mesmo diz que ser homem é ser “cabra

macho você tem que peitar assim deixar desaforo aonde ele tá, não pode levar pra casa e não, mas fulano disse isso, não, fulano se foda, entendeu”, marca permanências de um discurso construído e alimentado até os dias de hoje, ser homem ainda está diretamente ligado à virilidade a honra. Uma espécie de disputa sobre o que é ser homem de “verdade”, legítimo e, portanto, configurado como o porta voz desta masculinidade.

3.3 PRIVACIDADE INVADIDA: QUANDO A CISNORMATIVIDADE INVADE CORPOS E IDENTIDADES

Quando falamos de cisnormatividade, cisgênero, pessoas cis não buscamos reforçar divisões e/ou segregações, mas produzir reflexões visando uma compreensão mais crítica acerca dessas questões. Entendendo que tanto as identidades trans quanto cis são parte das diversas características que compõe a complexa máquina humana. Assim buscamos romper com teorias que reforçam a ideia de identidades essencializadas e universais, marcadas pelo biológico. Procuramos fazer um movimento de problematização da norma cisgênera. Essa saída da zona de conforto não é um deslocamento fácil diante das amarras estratégicas que sustentam e operam o discurso. É justamente por causa desses obstáculos que buscamos falar dela, pois demarcar as questões entre cis e trans possibilita perceber as cordas que manipulam quem deve ser “normal” e quem é colocado no lugar da não-norma. Foucault nos atenta para as dificuldades de romper a norma discursiva em *A Ordem do Discurso*:

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 1996, p. 7).

Mas o que significa ser cis? Cisgênero? O que essas palavras querem dizer? Algumas explicações atentam para a questão da divisão molecular como uma possível analogia terminológica. Rodovalho (2017), ao discorrer acerca da questão cis e trans, alude à “isomeria geométrica da Química Orgânica, onde ‘cis’ são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e ‘trans’ os que permanecem em lados opostos” (RODOVALHO, 2017, p. 365). Assim, no campo dos gêneros da espécie humana, partindo de uma referência marcada pelo determinismo biológico: mulher = vagina e pênis = homem, ‘cis’ seria a pessoa cujo gênero e genitália designados ao nascer se equivaleriam - o que não estaria tão distante da alusão à isomeria geométrica (SILVA; SOUZA; BEZERRA, 2019, p. 4). As concepções do que sejam trans e cis variam dentro da própria comunidade, alguns até mesmo discordam dessa divisão, como é o caso de Jorge quando afirma:

Porque você rotular uma pessoa que já está num espaço (...) você a restringe mais aquilo. Ninguém vai poder olhar pra você enquanto você ah, você vai se apresentar, e diz ah meu nome é Dalua e eu sou um homem trans, pá, não, é Dalua ponto. Que você é homem as suas características já estão mostrando ninguém precisa saber se você transacionou ou não pra ser. Se você tem o entendimento que você é hoje, como você já tinha esse entendimento antes, hoje você ta em construção porque só hoje você teve autonomia própria pra isso então não tem a necessidade de você passar pra pessoas eu sou um homem trans, eu sou um homem cis, qual a diferença.

Para Jorge não existe diferença entre ser um homem cis e um homem trans, tal entendimento pode estar ligado à perspectiva universalizada do que é ser homem. Em sua concepção o “rotular-se” como trans é se colocar num lugar de vítima, se rebaixar. Estamos sempre falando a partir de um lugar específico dentro das estruturas de poder, isso remete muito aos processos pelos quais Jorge tenha vivenciado, o seu contato com a masculinidade hegemônica, e o próprio preconceito relatado pelo mesmo. Isso diz muito de como enxergamos e vivemos nossa identidade, assim concordamos com Viviane Vergueiro Simakawa quando a mesma afirma que, torna-se necessária uma reflexão sobre as complexas posições que ocupamos as posições de que somos removidas, as posições com as quais podemos sonhar dentro de sistemas (SIMAKAWA, 2015, p. 29).

Falar de construções de masculinidade é também falar de entrelaçamentos, não existe uma melhor, mais pura que a outra. Pois é justamente essa ação que faz com que corpos e comportamentos sejam lidos como verdadeiros e outros não. A masculinidade hegemônica tem sim suas influências na construção das demais, isso

foi algo recorrente aos nossos entrevistados, no entanto ela também tem sua parcela de contribuição positiva. Perguntados sobre suas referências de homem e do masculino os mesmos foram diretos em relatar que seus primeiros contatos e, pra alguns ainda permanecem, é justamente a masculinidade hegemônica, bem como o sentimento de pressão para corresponder à mesma. Os sujeitos constroem sua identidade a partir de suas experiências e para Jorge o não precisa se “explicar” seja uma defesa de um possível julgamento social. Já que a fronteira entre ser homem e ser homem trans pode não ser tão interessante. Não é pelo fato dele ter um corpo trans que ele necessariamente percebe vantagem nisso ou percebe nele uma possibilidade de discurso político, mas uma saída também válida pra sua identidade. Esta é a maneira como ele se percebe e se constrói. Cada indivíduo foi produzido discursivamente através de sistemas discursivos conflituosos e contraditórios, dentro de um dado contexto social e histórico. Esse contexto social e histórico compartilha valores e representações do masculino e do feminino que são constantemente reelaborados e acionados.

Quando falamos de privacidade invadida estamos nos referindo as “imposições” e cobranças que são colocadas para esses sujeitos. Em suas narrativas percebemos os conflitos internos e externos diante da sociedade cajazeirense, seja no campo profissional, amoroso e familiar. Para nossos entrevistados o padrão de masculinidade que predomina nossa região, para a maioria, influenciou de forma negativa na construção de suas subjetivações ao passo que como aponta Lucas,

No começo é eu pensava que eu teria que seguir esse padrão sabe. Mas depois de, quando a gente começa a se conhecer, a conhecer os demais a gente vê que não é necessário você seguir um padrão né. Você faz o que você, no caso eu sou trans, eu vou seguir do meu jeito, eu tenho meus pensamentos, tenho minha personalidade feita, tenho meus pensamentos formados e nada nem ninguém vai me fazer mudar entendeu. E eu creio que pra mim isso não atrapalha mais, que de primeiro atrapalhava bastante né.

A invasão destes corpos e identidades é promovida de diversas formas, desde o não reconhecimento de suas masculinidades a impedimentos de acessos aos espaços. Não nascemos como uma folha em branco, nascemos impregnados de significados e simbologias desde antes de rompermos o útero e sermos inseridos neste mundo. A ruptura com a norma introduz um abalo dentro do sistema cisgênero heteronormativo.

Portanto, a cisnormatividade busca agir sobre o outro, aquele que não se enquadra. Invade e invalida corpos e identidades que se mostram contrárias a sua norma, “todos os corpos e gêneros têm uma história, e a binariedade como uma normatividade sociocultural eurocêntrica define e restringe os destinos de muitos deles mundo afora” (SIMAKAWA, 2015, p.65). Ser visto e lido como fora da norma abre espaço para violências contra diversidade de corpos incoerentes com o cis - tema. Lutar por diversidades é lutar contra binarismos eurocêntricos, contra a ideia de que as pessoas pertençam a uma ou outra categoria mutuamente exclusiva de gênero definida de formas objetivas e neutras (Ibid., p.65).

4 “CAIXAS RASGADAS”: CONFRONTANDO A CISGENERIDADE

4.1 “SER UM HOMEM FEMININO NÃO FERE O MEU LADO MASCULINO”²²

*Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter*

*Que nada, minha porção mulher que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É o que me faz viver (...).*

(Super – Homem – Gilberto Gil)

Um homem brutalizado, edificado para ser forte e viril é marcado pelo medo do feminino. É instruído desde terna idade a estar longe de tudo que o ligasse a feminilidade, a fragilidade, a mulher. O homem no Nordeste, no sertão tem que ser “macho” não há espaço para a figura feminina, assim é construída historicamente a imagem do masculino neste lugar. Tais construções nos levam a refletir como homens trans são vistos e reconhecidos dentro desta lógica, já que os mesmo em algum momento de suas vidas foram socializados como mulheres, e como demonstram os relatos dos nossos entrevistados, ainda são muitas vezes vistos como tal na construção de sua identidade masculina. Pensar tais processos por uma ótica relacional²³ nos possibilita entender os contextos sociais específicos que compõem o ser masculino e as masculinidades que convivem em um mesmo espaço. Falar sobre masculinidades abre espaço para problematizações acerca do caráter androcêntrico lançando deste modo questionamentos acerca da dominação masculina, buscando como afirma Bento (2015),

²² Trecho da música “Masculino e Feminino”, composta por Baby Consuelo / Didi Gomes / Pepeu Gomes.

²³ Mas o “relacional” aqui transcende os limites entre homem e mulher. Há uma preocupação em pensar como os próprios homens relacionam-se entre si, contribuindo para a construção de sua identidade de gênero (BENTO, 2015, p. 83).

Hoje, apontar o caráter androcêntrico das Ciências Sociais não significa culpar os homens pela dominação, mas interpretar como as diferenças entre os sexos são construídas, valorizadas e hierarquizadas em contextos históricos e sociais específicos (BENTO, 2015, p.82).

Deste modo esta não é uma tentativa de negar a dominação masculina, mas entender que o mesmo sistema que privilegia é o mesmo que marca dolorosamente a possibilidade de existência de outros corpos e identidades do masculino, ou seja, fecha os olhos para outros projetos de masculinidades tão válidos quanto à tida como hegemônica. As entrevistas realizadas para este trabalho podem não representar uma quantidade maior de participantes, mas foram narrativas carregadas de vivências de sujeitos cujas existências são únicas e por isso, tão significativas. Assim, como na história das sensibilidades nos interessamos pelo indivíduo, pelos seus sentimentos, sua intimidade, suas contradições e como as mesmas estão circunscritas a partir de um lugar, de um contexto histórico. Por todas essas questões, não são apenas quatro entrevistas, são quatro vidas em que seus desejos, sonhos, angústias e identidades se chocaram com o que se desejava para esses corpos.

A ausência diz muito sobre como o cis-tema está articulado para selecionar quem deve estar em evidência e quem deve ser esquecido. No percurso da construção do nosso trabalho objetivamos pensar as experiências, vivências, práticas de luta, sociabilidades, construções e desconstruções da identidade transmasculina e as formas de driblar e enfrentar, ou não, uma sociedade patriarcal, também com determinados grupos de homens. Sociedade essa que é constantemente vigiada por códigos, leis e concepções de mundo que tenta enquadrar tudo num binarismo biológico cisnormativo como aponta Araújo (2017) “a isso, podemos chamar de “heteronormatividade”, pois além de tentar pensar a vida social apenas a partir das concepções heterossexuais, ainda assim tenta normatizar e higienizar aquelas (e) que não se conformaram com essa única possibilidade imposta para existirem” (ARAÚJO, 2017, p.51).

Essa vigilância que observamos tem um espaço tempo bem definido e não está pautada no silêncio sobre a sexualidade ou sobre o gênero, mas pelo contrário, essa vigilância só foi e é possível porque ela incita a falar. O interesse científico pelo tema da transgeneridade, por exemplo, não é recente e remonta ao século XIX, na Europa em particular. Segundo Aguiar (2020, p. 23) “este interesse pode ser situado no núcleo de uma explosão discursiva sobre a sexualidade que, tal como analisado por Michel

Foucault, ocorreu a partir do século XVIII”, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo na sociedade ocidental europeia.

O capitalismo instaurou a necessidade sobre o interesse pela vida. Por isso, era necessário se produzir lugares e discursos que pudessem dar conta de regular os sujeitos. É nesse contexto, que o biopoder, uma variedade de poder que tomou a vida como elemento essencial de produção e como sua principal fonte de valor entra em cena. Assim, era necessário iniciativas relativamente organizadas para intervir na vitalidade humana. A vida mesma foi convertida em capital. Se antes as dimensões vitais pertenciam ao campo do pessoal e do privado, “a partir do século XVIII e particularmente no século XX elas foram tomadas de assalto: gênero, genes, membros corporais, afetividade, psiquismo e até mesmo a imaginação foram invadidos, violados e colonizados pela disputa biopolítica” (Aguiar, 2020, p. 23). Continua o autor:

Assim, o biopoder atravessa ao menos três âmbitos distintos: 1 – a produção de saber sobre os processos vitais humanos; 2 – as relações de poder que tomam os seres humanos como objeto; 3 – os modos de subjetivação de si. O sexo, para Foucault, é o centro da disputa biopolítica. E como consequência da proliferação de dispositivos de saber-poder biopolítico, multiplicaram-se também as disciplinas e categorias sobre a sexualidade, bem como emergiram novas identidades sexuais e houve uma implantação numerosa das “perversões” no âmbito médico-científico.

Foram às ciências nascentes, que Foucault chamou de *Scientia Sexualis*, e as instâncias médicas, jurídicas, pedagógicas e familiares que usavam a confissão para ajudar a produzir um saber sobre a sexualidade. É evidente que esse saber produzido por um grupo bem delimitado de homens, brancos, cisgêneros representava os interesses políticos de normatização e homogeneização dos sujeitos.

Assim, não descartamos a importância de falar desses lugares institucionais, no caso da nossa pesquisa, em especial a medicina. Entendemos que a emergência em falar de transgêneros, transmasculinidade passa por discursos médicos que a princípio como já colocamos patologizava as identidades trans, entendemos que essas identidades se produzem em meio a esse contexto e que os mesmos fazem parte de seu processo de subjetivação. Como analisa Foucault ao falar do processo de subjetivação, são eles que:

Permitem aos indivíduos, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, condutas ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos,

com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade. (Foucault, 1990, p.48).

No entanto, também estamos interessados em como esses sujeitos se produzem ao mesmo tempo em que são produzidos. E para isso, como analisa Aguiar (2020), para construir uma historiografia comprometida com as vidas de pessoas trans, é fundamental escutar e entender o que pessoas trans, gênero-diversas têm a dizer. A fala desses sujeitos, e não apenas os discursos institucionais que ajudam a produzir suas identidades, nos permite problematizar as técnicas de si empreendidas em suas trajetórias e seus corpos. Como na fala de Lucas:

Ai eu falei cara eu vou me analisar, eu vou me estudar, eu vou me estudar né (risos) eu vou me estudar e eu também comecei a pesquisar sobre isso né, sobre o "lesbianismo" tal, porque eu não sabia muita coisa porque realmente, ainda e um tabu muito grande pra falar sobre essas coisas.

...

Foi, foi numa TV aberta, foi sim, foi no programa, agora eu não lembro o nome do programa, mas foi em TV, foi aberto, canal aberto. Ai que abordou esse tema né aí eu falei cara eu vou assistir, aí veio né depoimentos né de homens trans que passou assim por isso tudo e falando e eu me, caramba sou eu.

Para Lucas se perceber como homem trans não foi algo evidente, foi necessário "se estudar", se conhecer e foi em uma produção midiática que o mesmo teve contato com quem ele era. Interessante analisar que o mesmo aparelho midiático que ajuda a produzir e reforçar uma sociedade cisgênero, possibilitou o questionamento de Lucas sobre seu corpo. Mas, o que queremos enfatizar é a importância em se conhecer, se construir, se fazer existir para além da materialidade do corpo.

Existem diversas maneiras de se ocupar um espaço, e reivindicá-lo. O corpo fala de diversas formas, principalmente os "corpos" e "corpas" de pessoas trans. Como nos fala PEDRINI (2017) tem corpo que não se aguenta dentro de si e precisa se esparramar pelos poros, pois o que lhes foi oferecido ao longo da vida não é suficiente. É o caso dos corpos trans, que também falam politicamente, exigindo das mais variadas instituições aquelas partes que lhe faltam ou desejam ter (PEDRINI, 2017, p.35). Este corpo falante é o que Preciado (2014) vai chamar de potências plásticas do corpo, ou seja, a capacidade de moldagem do corpo por meio de uma série de agenciamentos utilizando-se de uma série de tecnologias. Assim a masculinidade hegemônica colocada em cena é como afirma Bento (2015),

A masculinidade hegemônica constrói a imagem de masculinidade dos homens que detêm o poder, e que se tornou o modelo em avaliações psicológicas, pesquisas sociológicas, e literatura de autoajuda que aconselha os jovens a se tornarem “homens de verdade”. A definição hegemônica apresenta o homem no poder, com o poder e de poder. A masculinidade torna-se sinônimo de força, sucesso, capacidade, confiança, domínio, controle. As definições de masculinidade que a sociedade brasileira desenvolveu conservam o poder de alguns homens sobre os outros e sobre as mulheres (BENTO, 2015, p. 89,90).

As palavras de Bento corroboram com a fala Léo quando o mesmo questionado sobre os padrões de masculinidade colocados como modelos a serem seguidos nos fala desse ideal de homem que se espera, bem sucedidos, provedor, garanhões,

Que homem não chora que ele tem o padrão de ser tóxico, que ele tudo pra ele a mulher tem que servir a ele 100%, que ela não pode ser independente, que é ele tem que ter o padrão de vida extremamente, como é que eu posso explicar, o padrão que a gente explica, o padrão rico, porque como eu sou de favela eu vejo que eu tenho muitos conhecidos que eles olham pra mim e diz assim: como assim você se diz ser quem você é mas você não tem uma moto, não tem um carro, não tem varias mulheres, é não faz o que a gente faz. Então, tipo eles fazem com que nós homens trans sejamos perdidos, criando uma visão toxica do padrão de homem fazendo com que ocorram comportamentos negativos, só que como eu sempre menciono, pra ser homem você não precisa ser escroto, toxico, agressivo como a gente tem esse convívio na sociedade e claro diminuir a mulher, o papel de luta dela na sociedade né (Léo).

Os homens trans entrevistados para a pesquisa discordam da ideia de que a masculinidade hegemônica seja a única forma de expressão da masculinidade, mesmo que a mesma de alguma forma tenha feito e ainda faça parte de suas construções. Os mesmos colocam um olhar critico sobre essas questões e o critico aqui seria, como afirma Bento (2015), no sentido de que há uma reflexividade tanto do modelo inculcado na socialização primária, identificado como tradicional ou hierárquico, como uma negação ou até uma repulsa, por parte dos entrevistados, dos homens que atualmente performatizam esse modelo (BENTO, 2015, p.92). É importante situar a importância da bagagem de vivencias que nossos entrevistados trazem consigo, ao construírem sua identidade transmasculina os mesmos relatam a importância de suas trajetórias enquanto mulheres, alegando que muito do distanciamento da masculinidade hegemônica se deu devido essa socialização primaria, no universo feminino, para citar um exemplo,

Mas Jorge deve muito a Maria, deve pra caralho. Porque foi ela que deu a cara a tapa, foi ela que peitou a família desde a hora que foi necessário, foi ela que passou por um relacionamento que ensinou que não é assim foi ela que disse a ele que ele pode fazer o que ele quiser porque a vida é dele e que o fato de ele ser um homem trans não faz dele menos homem nem mais mulher e ele é apenas um homem. Então foi a partir dela que ele conseguiu ser ele, então eu costumo dizer que João é uma criança. Eu estou tendo essa paciência, essa coisa com meu corpo ainda por conta disso, ah porque eu aprendi, mas tipo assim ah vai continuar assim, não (Jorge).

A fala de Jorge nos leva a entender que para muitos homens trans as suas socializações primárias enquanto mulheres fizeram com que percepções que homens cis não puderam ter. Já que os mesmos não precisaram fazer esse movimento de desconstruir uma identidade assignada ao nascer para se inserirem numa que não os reconhece. Os próprios homens, sejam cis ou trans, percebem a diferença entre os tipos de masculinidade. É necessário ressaltar que tal abordagem deve ser relacionada a contextos sociais específicos. Não se está afirmando que em todas as sociedades a construção da masculinidade passe pela negação do feminino. Na nossa sociedade, qualquer vinculação do homem a características comportamentais do gênero feminino é suficiente para identificá-lo como gay e ser desvalorizado socialmente (Bento, 2015, p.95).

No caso dos homens trans existe uma resistência muito grande por parte dos homens cis ao cruzarem com os mesmos, é como se a transmasculinidade estivesse sempre sendo vigiada para que o feminino “biológico” esteja resguardado, assim ao menor passo ao mundo feminino suas masculinidades são postas a prova. Essa cobrança é percebida em uma das falas dos nossos entrevistados, perguntado sobre se esta obrigação a corresponder a um determinado padrão comparado a um homem cis, pois não são somente os homens trans que passam por processos de imposições, Gabriel nos diz que,

Pela minha visão é sim mais forte comigo porque tipo assim, ah, tem aquelas frases meio que machuca sabe, ah, mas você não queria ser homem, entre aspas, você não queria ser homem então você vai ser “cabra macho” isso e aquilo, você não vai poder dançar isso, que não sei o que, você não vai fazer tal coisa. Então eu acho que essa cobrança é mais forte pra mim do que pra eles, pra eles machuca sim, verdade, tanto é que eu tenho muitos amigos cis e tals que são héteros e tals no meu grupo de dança, só que pra mim é mais forte e tals já por conta disso [...] Exatamente, por eu ser um homem trans, é muito mais forte. Tipo as piadas são iguais pra todos, mas e tals e bater de frente de ter uma pressão maior é comigo.

Para Kimmel (1994) a busca dos homens para provar sua masculinidade diante dos outros é uma consequência do machismo, que afeta principalmente as mulheres, mas que também afeta os homens, principalmente quando pensamos os recortes de raça e classe. Deste modo a masculinidade torna-se uma espécie de aprovação social dominada pelo medo. E aqui relacionando com os transhomens o medo de mais uma vez serem vistos e socializados como mulheres é uma das motivações de se optar por intervenções cirúrgicas ou hormonização. Assim para Connell (1995) a maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão dos seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres (CONNELL, 1995, p. 190). As palavras de Connell vão de encontro às narrativas de nossos entrevistados quando os mesmos afirmam que no início de suas transições internalizaram tais comportamentos, buscando ser o mais perto possível de um homem cis em ações e comportamentos.

Um de nossos entrevistados o Léo, ao falar desse processo de constituição de si, nos ajuda a pensar como que não existe um corpo natural e um “sexo original” que não tenham sido moldados pelas tecnologias de gênero, sendo o “sexo binário” (macho/fêmea) produto de discursos, práticas reguladoras e relações de saber/poder localizadas histórica, social e culturalmente.

Tive o apelido de “macho e fêmea” até em meados do sétimo ano e no ensino médio eu tinha o apelido de andrógono ou de hermafrodita. Por questões de formação corporal e tudo mais mesmo, porque eu nunca, meu corpo ficou feminino até os quinze anos, depois dos quinze anos ele mesmo se modificou, ele mesmo começou a ficar com feições masculinas onde tipo, eu super passava, eu nem sonhava de transicionar, e as pessoas já diziam moço que horas são, moço poderia me passar uma informação, mas quando eu falava as pessoas ficavam tipo sem entender se eu era menino se eu era menina, então tipo eu ficava no gênero neutro né, ninguém conseguia identificar o que eu era na época. Só que tipo, nessa fase de, dos meus dez aos quinze anos, eu procurava me entender, minhas amigas, que até hoje brincam comigo, diz assim: poxa Léo agora eu entendo seu lado, é, fazia com que eu ficasse numa figura feminina pra poder encaixar nas situações entendeu.

Em seu relato Léo coloca como algumas pessoas o classificavam segundo a ordem binária que elas acreditavam ser modelo. Mas, a existência do mesmo não estava pautada nessa ordem, nem muito menos nas tecnologias de gênero, e aqui entendemos esse conceito para pensar que gênero é produto de diferentes

tecnologias sociais e práticas críticas institucionalizadas, bem como práticas da vida cotidiana.

Para Lauretis (1994) gênero não é propriedade dos corpos nem algo que existe *a priori* nos seres humanos, mas um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais. Sendo assim, Léo, ao dizer que depois dos quinze anos seu corpo se transformou sem nenhuma intervenção é afirmar que o gênero não é propriedade do corpo, mas do seu processo de subjetivação e criação enquanto homem evidenciando o caráter mutável, construído e fluido de todos os corpos humanos. “De fato, o que reside por baixo da naturalização de determinadas identidades de gênero em detrimento de outras é o desejo de continuar remetendo o Outro – as identidades trans – ao seu lugar de abjeção” (Aguar, 2020, p. 114).

Assim sendo nossos entrevistados passam por um processo de desconstrução e construção de suas identidades masculinas enquanto homens cajazeirenses inseridos num contexto pré-existente de como ser homem neste lugar, buscando sair de um não-lugar imposto ao nascerem. Não deixando de lado suas vivências e socializações enquanto mulheres, mas potencializando as mesmas para sua nova identidade trazendo outra abordagem do que é ser homem nordestino, sertanejo. Em vista disso e pensando na pouca representatividade desses sujeitos nas pesquisas a respeito das transexualidades, o objetivo deste trabalho é produzir experiências coletivas com homens trans, criando relações potentes. Produzindo assim encontros em que conectam histórias de vida e que também dizem respeito às masculinidades que os atravessam criando redes de solidariedade e amizades. Buscando desmitificar a ideia de homens de verdade, percebendo os movimentos de resistências e as transformações possibilitadas nas vidas dos homens trans, para além de sofrimentos ou mortificações em vida. Assim como diz a música que dá título a este tópico, potencializar o masculino através do feminino que os habitam.

4.2 TRANS (BORDANDO) MASCULINIDADES NO SERTÃO CAJAZEIRENSE

“Eu não me arrependo de nada do que eu fiz na minha vida. Eu faria tudo de novo, porque não foi uma questão de coragem. Todo mundo me acha um herói corajoso. Não, não sou. Eu não poderia viver como mulher, seria um inferno pra mim. Eu não sei o que é ser mulher. Eu não tinha saída”.²⁴
(João W. Nery)

O relato de João W. Nery, considerado pela mídia o primeiro transhomem do Brasil a passar por cirurgia de redesignação sexual²⁵ nos leva a pensar os processos que as pessoas trans passam para desconstruir e reconstruírem suas identidades. O mesmo fala que não foi um ato de coragem transicionar, mas de necessidade, a única forma de viver plenamente sua identidade. Tal relato permite-nos fazer uma ponte com as narrativas dos nossos entrevistados já que os mesmos falam dessa necessidade de ser quem são de verdade, de que apesar das dificuldades e do preconceito, assumirem sua identidade é uma questão fundamental para continuar vivo, transpondo as barreiras do corpo e da sociedade.

Enfrentar o “cis-tema” requer como aponta Araújo (2017) à fome de poder falar, pensar ou produzir o que Foucault define como a escrita de si. O que pode parecer bem simples, mas que na verdade muitas vezes essas memórias assumem para si um silêncio que nem sequer é um artifício estratégico da memória, e sim forçado, imposto (ARAÚJO, 2017, p.51). Quando pensamos na quantidade de entrevistados para este trabalho outra questão vem à tona, por que tão poucos homens trans na cidade de Cajazeiras? uma região estratégica com grande circulação de pessoas, uma história cultural que reverbera até a capital? atuante no movimento LGBTQIA+? Tal silenciamento nos diz muito da forma como os corpos de homens trans são vistos e aceitos nesse espaço. Para Gabriel existem muitos outros garotos trans na cidade, que inclusive tem apoio familiar, no entanto a sociedade cajazeirense os renega,

E eu conheço uma pessoa que tipo a família super apoia só que o carinho tem medo por ter só nós três aqui e por a sociedade criticar tanto. Eu no começo quando as pessoas, perguntava, eu não escondo de ninguém, no começo eu já sofri ameaça, sofri ameaça de pessoa, números desconhecidos ligar pra mim, ah eu quero ver se você é homem de verdade vou me bater

²⁴ Trecho da entrevista realizada para o canal no Youtube: Projeto Colabora. Que trás relatos de pessoas LGBT+60, abordando a questão LGBT com a velhice. Postada em 17 de outubro de 2018. Disponível em> <https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpfTMY>.

²⁵ O que se chama erroneamente de “mudança de sexo”.

com você de frente e tals, tanto é que por isso que minha mãe ficou muito receosa em questão de eu sair na rua, eu não podia dançar fazer a coisa que eu mais gosto por conta dessas ameaças. Eu não podia sair na rua que minha mãe ficava com medo, ou seja, tinha que ficar dentro de casa trancado direto por quê? Porque a sociedade de Cajazeiras foi muito hipócrita ao ponto de não aceitar uma pessoa que é feliz... (Gabriel).

O medo da reação da sociedade muitas vezes paralisa essas identidades e corpos que não se enquadram, e isso se intensifica quando falamos de sertão, de cidade pequena. Como nossos entrevistados narraram, Cajazeiras por ser uma cidade pequena onde todo mundo se conhece e ter uma forte presença religiosa, católica, dificulta em vários níveis a ocupação dos lugares pelos mesmos. Diversas áreas da vida desses sujeitos são afetadas pela transfobia, dentre elas o campo do trabalho. Dentro deste quadro, perguntados sobre as dificuldades de viverem suas identidades os mesmos mencionam justamente as questões das “tradições” locais, das influencias religiosas e da ideia binária de gênero, o famoso: homem é homem e mulher é mulher. Segundo Lucas viver sua identidade transmasculina na cidade se torna difícil devido ao fato de que:

No começo foi muito difícil, muito difícil de verdade né porque assim é como você disse uma cidade que gira em torno aqui, grita né, que de certa forma aceita e não aceita né é, complicado. É complicado, muito complicado né às vezes até com medo de sair de casa sabe e sair de casa e ser é... Agredido sabe é, como é que se diz virar chacota ta ligado. Mas ai eu falei cara eu vou e seja o que Deus quiser, vou meter o carão ai e vamos simhora, na cara e a coragem (Lucas).

Num espaço, como afirma Araújo (2017), onde a concepção de “macho” não é apenas um símbolo cultural, mas um informativo a ser seguido, praticado, obedecido (p.53). Torna-se compreensível que outros meninos trans optem por não transacionarem ou preferirem serem socializados como mulheres. Tendo em vista que dentro deste quadro cisnormativo não existe lugar para identidades e corpos incoerentes. Assim sendo a necessidade de se falar, de ser visto é muito além, como aponta Araújo (2017),

A “fome” não era apenas de pensar e falar sobre si, mas também de ter o corpo que queria ter e usar o nome adequado a sua auto identificação. Nesses últimos anos, temos entendido como os processos de hormonização, por exemplo, e o uso do Nome Social são indispensáveis para que as (o) sujeitas (o) compreendam e se sintam confortáveis com a identidade de gênero com a qual se identificam e se enxergam. O corpo físico não é o elemento fundamental para se pensar a transexualidade, mas é nele que se

materializa todas as concepções e símbolos que atribuímos as nossas identidades, expressões e maneiras de ser (ARAÚJO, 2017, p.55).

A partir das narrativas de nossos entrevistados e as leituras de Berenice Bento e Judith Butler podemos compreender as amarras que corpos considerados pelos saberes médicos como desviantes, descontroem uma identidade para construir outra, legítima e que representa o projeto político e social de um grupo dominante.

Deste modo percebemos que os processos de construção das transmasculinidades, e aqui com o recorte espacial do alto sertão cajazeirense, são atravessados pela masculinidade hegemônica, assim não é de se estranhar que em algum momento esses meninos precisaram e/ou ainda precisem dela para ser legitimados e respeitados, principalmente, quando essa não corresponde ao corpo biológico. Assim sendo o espaço do falar que se é trans é fomentador de construções identitárias e de um processo contínuo de ressignificações, uma vez que foram socializadas durante a infância e adolescência enquanto mulheres cis heterossexuais e passam agora a reivindicar outra identidade. Apesar de nossos entrevistados se considerarem heterossexuais os mesmos ainda são considerados como lésbicas masculinizadas, pois o ideal de heterossexualidade que ainda se tem socialmente é ligado ao sistema binário pautado no que Judith Butler vai chamar de heterossexualidade compulsória²⁶.

A pouca visibilidade de transhomens provoca certa limitação e porque não dizer uma impossibilidade de ser, já que se não somos vistos logo entendesse que não existimos. Assim falar desses sujeitos é também dar voz aqueles que por muito tempo foram silenciados, roubados de suas próprias histórias. Como afirma Léo sobre a importância da visibilidade de homens trans na cidade de Cajazeiras,

Hoje em dia eu digo que é extremamente importante. Sabe por quê? Porque quando a gente anda na rua a gente escuta o nome: "ele é minha inspiração", tenho certeza que você já escutou e escuta, porque você também é a minha, então, eu espero que eu seja a sua também (...). E tipo são essas coisas que a gente escuta que fazem com que a gente perceba que a gente precisa lutar e daí a gente começa a ficar visibilizado, as coisas começam a ser desafiadas, mas aí eles vê que a gente tá de pé que a gente tá firme e forte, uns respeitam outros se calam outros enxergão, outros se escondem, mas no final de tudo

²⁶ Em sua obra Problemas de Gênero, Butler (2003) afirma que os conceitos de sexo e gênero surgem do que ela denomina como heterossexualidade compulsória. Ou seja, a matriz heterossexual é formada do princípio que separa homens e mulheres, macho/fêmea a partir do genital, e assim a sociedade se estruturaria.

a gente tá o que? De pé, presente militando e resistindo. Então a importância da gente é isso, é ser papel presente numa sociedade extremamente preconceituosa e provando todos os dias que somos nós mesmos independente da situação. Esse é o papel de ser um homem trans importantíssimo numa cidade pequena, principalmente no Nordeste e no sertão da Paraíba né (Léo).

Falar de representatividade, visibilidade é um terreno complexo e instável. Para alguns dos nossos entrevistados as suas vivências são possibilidades para aqueles que viram. No entanto é necessário compreendermos que na cidade de Cajazeiras não se tem um movimento organizado de homens trans, algo que não é específico da cidade. Os movimentos de homens trans no Brasil enquanto organização se mostra ainda como algo novo e pouco disseminado como ocorre, por exemplo, entre as outras siglas do movimento. Para Jorge, um dos nossos entrevistados, o mesmo afirma que,

Eu vou deixar uma coisa aqui registrada que eu acho que vai ser mal interpretada por muitos e possa ser que outros tenham a mesma linha de pensamento, mas eu não sou gaveta pra guardar nada. A gente não tem representatividade, a gente não tem. E quando eu digo isso eu digo no sentido literal mesmo, a gente não tem representatividade. Por quê? Porque quando uma pessoa vai dar a cara a tapa ela precisa ir limpa de qualquer outra coisa, ela precisa ir limpa dela mesma, ela não pode colocar é o inflável do ego a frente daquilo ali. É um movimento que pra você estar a frente daquilo ali você não pode envergonhar as outras pessoas com as suas atitudes tem que pensar duas ou três vezes antes de tomar qualquer decisão porque tu não tá se representando não, tu tá representando uma galera que tá ali, que muitas vezes vai total contaria ao pensamento que o teu, entendeu (Jorge).

A fala de Jorge nos leva a refletir sobre a complexidade do ser e suas subjetivações. Ser um homem trans é diferente para cada um, construir sua identidade masculina perpassa diversos processos, sejam individuais ou coletivos. Assim pensamos que esse processo de construção identitária, em coletivo, é importantíssimo para se desprendermos de certas verdades individuais que muitas vezes acaba por apagar lutas que vieram antes de nós, esquecendo-se das trajetórias outras que nos antecederam.

Portanto falar de transmasculinidades no sertão cajazeirense é trazer a cena potências e possibilidades no quadro das masculinidades neste espaço. É bordar conexões e assim possibilitar uma maior diversidade do ser masculino. É abrir portas para desconstruir preconceitos e promover inclusão, gerar lugares de pertencimentos, de reconhecimentos. É falar não de quem é mais homem ou menos homem, mas como nos diz Durval Muniz de Albuquerque Júnior: experimentar as dores e as delícias de ser homem no Nordeste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos traçados para a produção deste trabalho foram árduos, angustiantes, mas também prazerosos. Uma caminhada muitas vezes confusa e sem muito espaço, carregada de olhares acadêmicos tortos e desconfiados. Porém essa pesquisa tem grande impacto e importância para nós e especialmente para mim enquanto um homem trans negro e periférico. Essa importância não é existencialista, mas política, pelo direito de existir e ocupar os espaços que por muito tempo nos foram negados. Falar de transmasculinidades e de homens trans não parte única e exclusivamente da minha individualidade, mas das construções que pude tecer no coletivo, pois para ser eu precisei me colocar no lugar do outro e assim também me entender. Portanto não poderíamos deixar de forma alguma essa discussão fora do ambiente acadêmico também, pois acreditamos ser indispensável para ampliarmos esse debate, e assim quem sabe traçar caminhos outros para entendermos as pluralidades das masculinidades no espaço do alto sertão.

As dificuldades enfrentadas na produção deste trabalho nos fazem refletir sobre a necessidade de se discutir não somente as questões de transmasculinidades, mas a própria categoria homem, já que a mesma ainda se mostra limitada frente às demandas que a contemporaneidade lhes apresenta. Concordamos com Araújo (2017) quando o mesmo nos chama a atenção para a urgência de uma historiografia do Movimento LGBT na Paraíba. Pouco se tem escrito, com responsabilidade, sobre os movimentos e organizações políticas ligadas às questões de gênero e sexualidades no estado (ARAÚJO, 2017, p.57). Assim apontamos a urgência de se discutir dentro do próprio movimento LGBTQIA+ as transmasculinidades e suas construções identitárias como potencializadores nas aquarelas da masculinidade.

Durante o processo das entrevistas e as próprias conversas cotidianas palavras como resistência, visibilidade e luta foram frequentes aos nossos entrevistados. Tais expressões são fruto daquilo que Araújo (2017) nos chama a atenção,

Entendemos que isso é histórico: é o direito de poder andar, beijar, se expressar, é poder ter – copiando, 73essignificando ou construindo – um ou mais jeitos de ser. É ter um nome próprio (Nome Social). É não morrer ou ser espancada (o). É não perceber a violência sofrida ser naturalizada por crenças, leis divinas ou achismos. É não ser expulsa (o). É não ser afastada historicamente da educação, como acontece com as pessoas transexuais e

as travestis. É não ser transformada (o) em uma personagem exótica ou caricata da sua cidade. É mandar no próprio corpo, nas escolhas profissionais, nos seus sonhos e ter o direito de poder objetificar seus próprios caminhos e trajetórias (ARAÚJO, 2017, p.58).

Dado o exposto podemos perceber a urgência de se discutir sobre homens trans e a importância dos mesmos para uma maior diversidade do masculino no alto sertão cajazeirense. Entendendo que todas as práticas e ações causam movimentações necessárias para provocar mudanças nas mentalidades da população. Pensar as problemáticas desses sujeitos não é um dever somente meu, deles, do movimento LGBTQIA+, mas um dever da vida sociedade como um todo. E assim entender que todas (o) somos responsáveis por essas transformações sociais.

Gostaríamos de finalizar assim essa pesquisa como uma citação do trabalho de Aguiar (2020, p. 149) sobre ética:

Ética, para Espinoza e Deleuze, é a disciplina do que é bom para o meu corpo. É também aquilo que estimula as nossas potências e paixões alegres. É aquilo que nos conecta a mais corpos, inserindo-nos em redes de afinidades e alegrias. Tomo emprestada esta noção de ética para pensar a transgeneridade como uma ética de existência voltada para a euforia, para o ser-em-movimento, para o direito de autodeterminação – entendendo, desde já, que não há gêneros puros e originais, tampouco transgeneridades puras e originais.

Que nossas existências possam ser possibilidades de movimento, de paixões, de potência e alegrias, que tenhamos o direito de nos produzir e de principalmente existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Alômia. Paraíba Masculina: honra e virilidade na revolução de 1930. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza. História e Ética. Fortaleza, 2009.**

AGUIAR, Juno Nedel Mendes. Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1994-1959). Dissertação de Mestrado, PPGH Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "QUEM É FROXO NÃO SE METE": VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IMAGEM DO NORDESTINO. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 19, 1999.

_____. Nordeste: invenção do "falo" – uma história do gênero masculino (1920 – 1940). 2ª Edição. / Durval Muniz de Albuquerque Júnior. – São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

ARAÚJO, Adriano Costa de et al. Bonecas militantes: experiências de militância homossexual na cidade de Cajazeiras-Paraíba. 2017.

ÁVILA, Simone Nunes et al. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014.

_____. GROSSI, Miriam Pillar. "NÓS QUEREMOS SOMAR!" – A EMERGÊNCIA DE TRANSHOMENS NO MOVIMENTO TRANS BRASILEIRO. In: VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, Florianópolis. 2014.

_____. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora quer. In: Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. 2010.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336 maio-agosto/2011.

_____. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, 2012.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, v. 1, n. 19/20, 2007.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade/ 17^a ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. – (Sujeito e História).

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Problemas de gênero, teoria feminista e discurso psicanalítico. **Feminism / postmodernism**, v. 327, p. x, 1990.

CAVALCANTE, André. CORPO ESTRANHO”: corporeidades trans, silêncios, resistência. IN: IV Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (SEPLEV), 2018.

CEBALLOS, Rodrigo. Os maus costumes nordestinos: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930). 2003. 142p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. FGV Editora, 2004.

CONNEL, Robert. **Políticas da masculinidade**. 2012.

_____. Masculinities. Berkeley: University of California Press, 1987.

_____. Masculinities: knowledge, power and social change. Berkeley: University of California Press, 1995.

_____. MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CORDEIRO, Ana Carolina Silva. **Gênero, corpo, saúde e direitos: experiência e narrativas de homens (trans) e homens (boys) em espaços públicos**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

DE FREITAS SILVA, Natanael. Historicizando as masculinidades:: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 3, n. 5, p. 7-22, 2015.

DE LAURETIS, Teresa, "A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

DE MATOS, Maria Izilda Santos. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. **História: questões & debates**, v. 34, n. 1, 2001.

DE SOUZA, Márcio Ferreira. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a (s) masculinidade (s). **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 123-144, 2009.

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992;

_____. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCIA, Claudia Amorim et al. **Do universal ao particular: uma discussão sobre o masculino na psicanálise**. 2010. Tese de Doutorado. PUC-Rio

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 47-57, 2005.

GROSSI, Paolo; JÚNIOR, Arno Dal Ri. **Mitologias jurídicas da modernidade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

HEARN, Jeff. Is masculine dead? A critique of the concept of masculinity/masculinise. In: GHAIL, Máirtín Mac an. *Understanding Masculinities: social relations and cultural arenas*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1996, p. 202-217.

HONÓRIO, Maria das Dores. Cachaceiro e raparigueiro, desmantelado e largadão!: uma contribuição aos estudos sobre homens e masculinidades na região nordeste do Brasil. 2012.
<https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpfTMY>

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: _____. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014, p. 3-18.

KIMMEL, Michael S. Masculinity as homophobia. In: BROD, Harry; KAUFMAN, Michael (Org.). *Theorizing masculinities*. Nova York: Sage Production Editor, 1994.

_____. The cult of masculinity: American social character and the legacy of the cowboy. In: KAUFMAN, Michael (ed.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Toronto-New York: Oxford Universty Press, 1987, p. 235-249.

LANZ, Letícia. O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014.

LISBÔA, Maria Regina Azevedo. Masculinidades: as críticas ao modelo dominante e seus impasses. **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria quer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Apresentação. Discursos fora de ordem. **Discursos fora de ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume: Fapesp, p. 9-25, 2012.

MOOSE, George L. "Masculinidade e decadência". In PORTER, Roy, THEICH, Mikulás. *Conhecimento sexual, ciência sexual. A história das atitudes em relação á sexualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 7, p. 280-299, 2017.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **“Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade.** 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PEDRINI, Mateus D. **Homens trans (bordados): experiências juntas e misturadas na produção de outras masculinidades.** 2017. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em Psicologia Institucional, Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória, ES.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998, p. 141-157.

PRECIADO, P. B. Manifesto contrassexual. (Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro) São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RESENDE, Selmo H. de. Abordagens biográficas e Foucault. **Neho-história. Revista do Núcleo de Estudos em História Oral**, n. 1, p. 59-70, 1999.

SAMPAIO, Ronaldo Sousa; GARCIA, Claudia Amorim. Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. **Psicologia em Revista**, v. 16, n. 1, p. 81-102, 2010.

SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans) tomando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, 2019.

SILVA, Larissa Maués Pelúcio; DUQUE, Tiago. "... depois, querida, ganharemos o mundo": reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações. **Revista de Ciências Sociais**, p. 10-43, 2013.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015.

THURER, Shari. **The end of gender: A psychological autopsy.** Routledge, 2005.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim do Século, 1995.